

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução nº 995/2005 SEMINÁRIO REALIZADO EM 15 DE ABRIL DE 2005.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão e Eliomar Coelho, Membro da Comissão. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, "COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE."

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) ? Senhoras e senhores, bom dia. Dou por aberto o Seminário da Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, constituída pela Resolução nº 995/2005, solicitada através do Requerimento nº 236/2005. Convido, para que integrem a Mesa Diretora dos trabalhos, os Exmos. Srs. Vereadores Dr. Adilson Soares, Relator Geral; Exmo. Sr. Vereador Eliomar Coelho, Relator; Exma. Sra. Vereadora Aspásia Camargo, também Relatora; Exmo. Sr. Vereador Guaraná. Convido ainda, para que integre a Mesa Diretora dos trabalhos, os nossos ilustres palestrantes Dra. Raquel Rolnik, Secretária de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Dra. Célia Ravera, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Carlos Vainer, Diretor do Instituto de Planejamento Urbano e Regional. Registro também a presença do Exmo. Sr. Vereador Edson Santos. Quando, no início desta legislatura, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro tomou a decisão de constituir esta Comissão, visando principalmente a revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade, o fez com a convicção de que os prazos todos estavam rigorosamente esgotados, descumprindo-se determinação legal prevista no Art. 230 do Plano Diretor Decenal desta cidade e, neste sentido, constituída a Comissão pluripartidariamente, reunidos, procuramos democratizar e estimular o máximo a participação popular, com a convicção de que dessa forma teríamos muito a aprender e a colher, para que este instrumento objeto de revisão, o Plano Diretor, pudesse ser adequado à realidade de nossa cidade, contribuindo decisivamente para a melhora da qualidade de vida da população da Cidade do Rio de Janeiro. Realizamos uma primeira audiência pública e dela tiramos a convicção de que a sabedoria recomendava a realização de um seminário. Por unanimidade, foi aprovado na Comissão a realização deste seminário, que será dividido em quatro blocos, no período de 15/04 a 20/05. Hoje, em Sessão de Instalação, sobre o Painel "Estatuto da Cidade", as Diretrizes Gerais para Políticas Urbanas e Novos Instrumentos Urbanísticos, convidamos como palestrantes os Drs. Raquel Rolnik, Secretária de Programas Urbanos do Ministério da Cidade, que já nos honra aqui integrando a Mesa, Dra. Célia Ravera, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, também integrante da Mesa e o Prof. Carlos Vainer, Diretor do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O critério será de cada palestrante ter trinta minutos para fazer a exposição. Posteriormente, daremos a palavra àqueles que queiram proceder a alguma indagação, para um debate saudável que nos estimulará ainda mais e nos trará uma contribuição muito grande. Eu quero, antes de ouvir os nossos palestrantes, indagar dos Srs. Vereadores se algum deles deseja fazer uso da palavra. Com a palavra o Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO ? Inicialmente, bom dia a todos. Saúdo todos os membros da Mesa, de forma especial, aos expositores. Bem, a importância deste trabalho que estamos fazendo aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro é inquestionável. Em 1992 a Câmara, ou seja, o Legislativo Municipal deu à Cidade do Rio de Janeiro um Plano Diretor, Plano Diretor este que era Decenal. Então, 2002 seria a época prevista, inclusive nas Disposições Transitórias, para se fazer a revisão ou um outro Plano Diretor e isto está acontecendo agora. De qualquer forma, a cidade neste

tempo todo mudou, e mudou muito, os tempos atuais exigem um novo Plano Diretor e o propósito da Comissão, já anunciado pelo Presidente nobre Vereador Jorge Felipe é de fazermos esta revisão e, tendo condições, ao final dos trabalhos, entregar à Cidade do Rio de Janeiro um Plano Diretor que corresponda realmente às expectativas de todos os seus moradores, praticamente o binômio que conduzirá o nosso trabalho, a questão da cidadania e dignidade de quem mora na cidade. Portanto, a gente vai de todas as maneiras tentar dar à Cidade do Rio de Janeiro um instrumento que permita, assegure e afirme o direito de acesso à cidade por todos e isto daí, entrando já na linha da inclusão social. Isso daí é uma coisa muito importante. Então, o quanto disso consideramos essencial a participação efetiva dos vários seguimentos, que constitui a sociedade civil organizada da Cidade do Rio de Janeiro. Nós tivemos o cuidado, sob a coordenação do Presidente da Comissão, de não deixar nenhum segmento de fora. Quer dizer, todos os segmentos, para nós, têm a mesma importância. A contribuição, a gente entende que ela torna mais rico o processo de discussão. E nós vamos, com vocês com certeza, como parceiros nesta caminhada, que a gente vai chegar a um resultado positivo e dar à Cidade do Rio de Janeiro aquele Plano Diretor que os seus moradores merecem. O Plano Diretor é um instrumento importantíssimo na vida da cidade. É um instrumento que consta como essencial no Estatuto da Cidade, na Lei nº 10.257 de 2001, que é o que existe hoje de mais avançado em termos de política urbana, a conduzir os nossos trabalhos. E com certeza agente vai chegar àquilo que a gente deseja. E a caminhada no seu final será coroada de êxito. Muito obrigado. Bem vindo para todos e para todas.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) ? Srs. Vereadores, desejam fazer o uso da palavra? Com a palavra o Vereador Guaraná.

O SR. VEREADOR GUARANÁ ? Sr. Presidente, demais autoridades que compoem a Mesa, senhores e senhoras, eu fico bastante contente de poder estar aqui fazendo parte dessa Comissão, com ilustres Vereadores que têm uma experiência enorme, cada um no seu campo, mas vários com experiência grande na elaboração do Plano Diretor anterior, que a gente teve em 1992, que levou a Cidade do Rio de Janeiro à vanguarda na elaboração do Plano Diretor. E foi para a vanguarda porque a participação da sociedade e a elaboração por parte dos Vereadores e de técnicos ligados a todos os segmentos da sociedade carioca conseguiram chegar a um resultado que foi um Plano Diretor super avançado, um Plano Diretor reconhecidamente importante para a nossa cidade. Acontece que todos aqueles objetivos vislumbrados ali em 1992, nem todos os objetivos que foram vislumbrados naquele Plano Diretor, a gente conseguiu chegar a um resultado. E eu acho que a gente tem uma oportunidade ímpar agora de conseguir colocar no papel aquilo que efetivamente a gente vai colocar para a sociedade. Não adianta estar só no papel, tem que ser transformado em realidade. E essa é uma visão que eu tento trazer aqui como uma humilde colaboração perto de pessoas que têm uma capacidade tão grande, como os Vereadores que a gente vê compondo essa Comissão e como as pessoas que a gente vê participando aqui da abertura desse Seminário, mas que a gente ver participando ao longo dos trabalhos daqui da Comissão gostaria de lembrar que a gente está atrasado. O Plano Diretor foi promulgado em 1992. Cinco anos depois, ou seja, em 1997, já era para sofrer revisão e em 2001 ele caducava. Então, passamos 2002, 2003, 2004, e a gente já está em 2005 e só agora estamos começando a elaborar o Plano Diretor. Então, é uma dívida que a gente tem com a sociedade. Mas essa dívida, com certeza, essa Comissão aqui com a participação de todos os segmentos da sociedade, e se não for assim, se não forem todos os segmentos mais uma vez a gente vai colocar no papel aquilo que não vai se dar na prática; então, é importante a participação de todos os segmentos e para que todos participem é importante a

divulgação. Então, cada um que puder trazer mais um a participar desse plano é importante, par que a gente tenha efetivamente um Plano Diretor que dê para toda a sociedade ? e aí foram brilhantes as palavras do Vereador Eliomar Coelho, sobre a questão da inclusão -, mas que dê para toda a sociedade condições melhores; e que traga para a nossa cidade mais qualidade de vida e condições para as pessoas se desenvolverem aqui no Rio.Era isso.Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Mais algum dos Srs. Vereadores quer fazer uso da palavra?Com a palavra, a Vereadora Aspásia Camargo.A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO ? Sr. Presidente, meus nobres colegas,caros amigos, acho que hoje é um dia muito importante, em que estamos dando oficialmente inicio a este ciclo de debates, que vai arejar a participação dos Vereadores aqui nesta Casa, trazendo idéias, trazendo práticas sociais exitosas, trazendo angústias, frustrações, que nós, certamente, iremos buscar incorporar às propostas que faremos para o novo Plano Diretor da Cidade.Eu gostaria de anunciar aqui o meu firme propósito, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e como uma velha militante do desenvolvimento sustentável ? um conceito que se consagrou nesta Cidade do Rio de Janeiro,em 1992, e que foi exportado para o mundo inteiro através das Nações Unidas, sendo hoje uma referência básica para todos os cidadãos do mundo.Nós, como cidadãos do Rio de Janeiro, temos o compromisso de estar na vanguarda desse processo e, em muitos aspectos, nós já estamos na vanguarda desse processo. Mas, talvez, esta reunião que estamos iniciando hoje seja o ponto de demarcação de um novo momento, de um novo estágio de discussão e de amadurecimento sobre o que seria uma cidade sustentável. Uma cidade como o Rio de Janeiro, que sofre em tantos aspectos graves ? econômicas, sociais e políticas -, poderia se comprometer, nesse Plano Diretor, a aprofundar os três princípios básicos, ou os quatro princípios básicos da sustentabilidade. Em primeiro lugar, a idéia de construir uma Cidade economicamente próspera, produtiva, gerando tecnologia, emprego e renda de melhor qualidade, que possam permitir à Cidade ingressar na sociedade da informação e dos serviços. Em segundo lugar, uma sociedade socialmente justa, desenvolvendo estratégias justas e mais agressivas de incorporação e de inclusão social, buscando integrar a sociedade informal, que hoje já chega a 60% da nossa Cidade, à sociedade legal, que está sendo sufocada por excesso de burocracia, por velhas regras que tornam extremamente lenta e extremamente inacessível à maioria da população. E, principalmente, ter uma Cidade que seja, também, ambientalmente protegida. Os ativos naturais, como foi dito na Conferência de 1992 e nos documentos que se seguiram sobre o espírito do Rio, o ativo ambiental nesta Cidade é a sua melhor carta de apresentação; é a sua melhor oportunidade de crescimento e de prosperidade.Portanto, pensar em uma Cidade ambientalmente protegida é pensar numa Cidade que tenha os seus recursos naturais preservados, que tenha o seu patrimônio cultural preservado e a sua paisagem preservada.O nobre Vereador Eliomar tocou muito bem na questão das mudanças. Desde que o último Plano Diretor foi implementado, muita coisa mudou. E acho que três coisas que mudaram foram: o agravamento da situação econômica da Cidade, sua perda de competitividade frente outros Estados e outras cidades; o problema social, que se agravou por falta de saneamento básico,por falta de uma política habitacional mais condizente, que nos permita incorporar a população pobre com regras mais acessíveis ao seu desenvolvimento e ao seu bem-estar social; e o problema institucional. Nós somos uma Cidade que sofre de um mal muito grande, que nenhum Plano Diretor vai resolver: temos três Poderes, que coexistem nesta cidade por conta da nossa velha condição de Cidade-Estado, e esse Poderes, em geral, cooperam muito pouco entre si. Eles não se entendem, e criam enormes dificuldades para implementação de políticas novas. Portanto, eu gostaria, também, que o Plano Diretor pudesse caminhar nessa direção e pensar na sustentabilidade institucional, isto é, na

capacidade de gerar políticas públicas que pudessem ser implementadas com a participação crescente, a participação direta da população, e cumprindo as regras e os conceitos do Estatuto da Cidade e da Agenda 21. O processo de degradação ambiental é muito grande, e o processo de degradação social, também. Portanto, urge que o Plano Diretor da Cidade seja a oportunidade de um pacto sócio-ambiental que possa colocar nossa Cidade como uma Cidade de vanguarda para o mundo. Para os países em desenvolvimento, para outros países como o nosso, que sofrem do mesmo problema. É uma oportunidade única, e quero, aqui, agradecer a presença da Raquel Rolnik, que pode liderar esse processo conosco. Nós precisamos de Leis Federais, precisamos do diálogo com o Governo Federal e o Ministério das Cidades, que é um interlocutor importantíssimo nesse processo, porque o Ministério do Meio Ambiente não nos permite a promoção desse pacto, que diz respeito, justamente, às organizações da cidade. Portanto, queria dar as boas-vindas à Raquel e a todos os nossos convidados, e convocar a todos para fazer uma incorporação dos programas e Agenda 21, dos planos estratégicos da nossa Cidade, determinando, exatamente, em que pontos as diretrizes do Plano Diretor? que entrou em extinção -, em que pontos elas devem permanecer nas nossas propostas, porque não foram executados; até que ponto estavam equivocados e quais os pontos novos queremos introduzir nessa pauta de um Plano Diretor do séc. XXI. Eram essas as palavras que queria pronunciar, agradecendo a todos e os convocando para que nos ajudem na nossa Comissão Especial, mandada por nosso Presidente Jorge Felipe, para que possamos ser justos, democráticos e inteligentes na proposta que faremos para a grandeza da nossa cidade. Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) ? Convidamos para fazer uso da palavra a Dra. Raquel Rolnik, Secretária de Programas Urbanos do Ministério da Cidade, a quem agradecemos pela presença.

A SRA. RAQUEL ROLNIK ? Bom dia a todos e a todas presentes! Eu gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar presente aqui neste dia, neste debate, especialmente ao coordenador da Mesa, Vereador Jorge Felipe e, em particular, ao Vereador Eliomar Coelho que, além de ser membro do Conselho Nacional das Cidades, tem procurado, junto com os Ministérios das Cidades, construir, de forma democrática e participativa, uma política de desenvolvimento urbano para este país, e tem sido um Vereador batalhador dos temas da questão urbana, da política urbana na Cidade do Rio de Janeiro há muitos anos. À Vereadora Aspásia Camargo também eu diria, hoje, bem-vinda ao time interessado, engajado em batalhar questão urbana nesta cidade. Fiz questão de estar presente a este debate, embora seja um debate eminentemente local, de política municipal, embora a competência para elaborar o Plano Diretor, para definir o seu rumo é completamente municipal: é assim que o Ministério das Cidades entende esse processo, o destino da discussão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, que tem uma enorme importância para o processo de discussão de Planos Diretores no país, neste momento. E é por aí que gostaria de situar o debate aqui: para além das questões locais do próprio município, debater o que significa este momento de revisão do Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro no contexto que estamos vivendo. É isso que vou colocar para vocês, que o Ministério das Cidades tem trabalhado muito na direção de reposicionamento do papel dos Planos Diretores Municipais na gestão das cidades e na construção de uma política urbana das cidades. Eu estou colocando isso porque é fundamental lembrar que temos uma história de elaboração de Planos Diretores e de planejamento urbano no país que, infelizmente, é uma história muito melancólica, muito triste. É uma história que foi bastante influenciada, em termos conceituais ? o que é um plano diretor, o que é planejamento urbano -, pelo contexto político-institucional em que ela se disseminou no país, contexto do momento de governo autoritário. Portanto, temos uma história, na

área do planejamento urbano, que é extremamente tecnocrática, completamente isolada dos temas do cotidiano da política urbana, que são temas que se expressam na gestão concreta do dia-a-dia da cidade. O que assistimos, com o processo de redemocratização do país, foi um processo em que as lutas e os conflitos em torno da apropriação do território na cidade ? porque esse é o cotidiano da cidade, é uma luta permanente de interesses diversos pela apropriação de determinadas porções da cidade ? ganhou espaços de expressão através de campanhas eleitorais mais livres e mais amplas, ganhou espaços de expressão através de organizações da sociedade civil, ganhou espaços de expressão e, evidentemente, as gestões municipais começaram a se relacionar com essas entidades, com essas representações sociais, com esses movimentos sociais, através dos mais diversos métodos. Entretanto, o planejamento urbano ficou como que absolutamente isolado desse movimento, o que é o pior cenário possível. Na verdade, você tem a livre concorrência entre interesses pontuais, específicos, setoriais ? não estou discutindo a legitimidade deles, só estou apontando que eles são específicos, setoriais, pontuais, corporativos. Há livre concorrência desses interesses, sem nenhum espaço público de construção, de regramento e de regulação desses interesses, o que significa que a ordem urbanística nesta cidade, como em todas as cidades do Brasil, pois o Rio de Janeiro não é diferente das outras cidades do Brasil, a ordem urbanística fica completamente ao sabor de quem tem acesso às decisões no campo da gestão. É mediada do ponto de vista político, mas mediada diretamente com cada interesse particular e corporativo, jamais mediada num campo, numa arena pública, porque é disso que se trata o Estado: Estado tem que ser uma arena pública onde esses interesses possam se expressar e estabelecer minimamente um pacto que defina parâmetros para que essas decisões da gestão possam acontecer no cotidiano com a devida flexibilidade. É isso que acreditamos que seja a função de um planejamento urbano, a função de um planejamento urbano com um espaço de construção de um pacto sócio-territorial na cidade, contemplando o conjunto de interesses de atores presentes, inclusive os governamentais. A Vereadora Aspásia Camargo levantou aqui uma questão importante, a de que a Cidade do Rio de Janeiro sofre diretamente a influência de três níveis da Federação - União, Estados e Municípios. Não é só na Cidade do Rio de Janeiro, em todas as cidades do Brasil esses entes ? União, Estados e Municípios ? não dialogam, não conversam e tampouco se manifestam nessa livre concorrência de mediações políticas com os interesses aqui e ali. Então, não existe uma plataforma que possa estabelecer um campo onde União, Estado e Município intervenham sobre o território de uma cidade específica, ainda mais num contexto metropolitano, onde isso é super importante, onde isso possa acontecer e, minimamente, constituir balizas para essa atuação. O que não dizer de plataforma de integração de ações, de articulação, que é o que deveríamos pensar para o nosso país num médio prazo: a construção de um sistema de desenvolvimento urbano, uma política nacional de desenvolvimento urbano em que fique muito claro o papel da União, do Estado e do Município em tudo, no planejamento, na definição, na implementação, no financiamento das ações de desenvolvimento urbano. Mas, mesmo para isso, será necessária, no dia em que fizermos, uma baliza, e a proposta é uma proposta que vem do Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 ? que o Plano Diretor seja exatamente este espaço de construção deste pacto sócio-territorial na cidade, mudando totalmente o conceito de Plano Diretor com que se vem operando até aqui. Portanto, não se trata absolutamente de um ato formal a revisão do Plano Diretor, inclusive, a revisão tornada obrigatória pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade. Uma Cidade como o Rio de Janeiro, que já tem um Plano Diretor aprovado há mais de dez anos, enquadra-se na condição de obrigatoriedade, estabelecida do estatuto, de aprovar o Plano Diretor na Câmara Municipal até outubro de 2006. Então, para além da obrigatoriedade que já estava no próprio Plano da Cidade, agora temos também uma obrigatoriedade federal, estabelecida por lei federal, o Estatuto da Cidade, que deu um prazo final: outubro de 2006. Só que não interessa a mínima que isso seja trabalhado num campo puramente

formal para cumprir a lei: tem Plano Diretor, não tem Plano Diretor, cumpriu, tem, está bom, está dentro da lei. Não interessa a mínima trabalhar com Planos Diretores como se fossem um documento técnico, trabalhado num âmbito técnico, urbanístico, jurídico, sem nenhuma incidência sobre o processo da gestão quotidiana da cidade. Para fazer isso é melhor não fazer nada, não mexer no assunto. O desafio que o Estatuto da Cidade coloca ? e é o novo conceito de Plano Diretor que está no Estatuto da Cidade ? é a idéia do Plano Diretor como espaço público que, no âmbito de uma arena pública na cidade, permite a expressão dos interesses setoriais, segmentos, territórios, bairros, distritos, corporações, níveis de governo, temáticas, desenvolvimento econômico, meio ambiente, habitação, transporte e mobilidade, abrindo as portas dos gueto e, inclusive, dos guetos temáticos ? a turma do meio ambiente, a turma do urbanismo, a turma da construção civil ?, abrindo e permitindo que essas pessoas conversem, se entendam, apresentem as suas pautas e possam construir minimamente esse pacto, esse espaço de regramento básico. O Estatuto da Cidade avança, redefinindo o Plano Diretor nestes termos, como Plano Diretor participativo, obrigatório no Estatuto. Não é que esteja na moda haver participação popular; é legal, fazemos uma Audiência Pública e aí cumprimos o ritual, não. A idéia que está por trás do participativo é justamente a da construção desse pacto, porque não dá para fazer pacto se os interesses presentes nesta arena não se manifestarem. Evidentemente, temos de levar em consideração que os interesses têm diferentes graus de organização, de capacidade, de intervenção, de estrutura de apoio para que possam se manifestar. Portanto, é fundamental ? e isso é atribuição e responsabilidade do poder público municipal, ou seja, da Prefeitura e da Câmara Municipal ? assegurar que aqueles que têm menos acesso, menos direito, menos instrumentos para estar presentes no processo participativo possam ter apoio do próprio governo local, da Prefeitura e da Câmara Municipal para conseguir participar. Isso significa uma estratégia de capacitação, de investimento nas entidades e organizações da sociedade civil para que possam participar de uma forma qualificada desses debates, não apenas fazendo um ritual onde o Plano é apresentado numa linguagem técnica que ninguém entende. Todo mundo entra mudo e sai calado de um processo de discussão, e não adianta nada: fazemos apenas o ritual legal. Então, essa dimensão de Plano Diretor participativo que está no Estatuto tem muito a ver com a idéia do Plano como essa construção do espaço democrático. Temos a segunda questão do Estatuto, a imagem do conteúdo. Vamos lembrar de onde saiu o Estatuto da Cidade. Ele saiu dos Arts. n°s 182 e 183 da Constituição, segundo os quais a cidade e a propriedade urbana têm de cumprir a sua função social. É o Plano Diretor de cada cidade que vai definir, no âmbito de cada uma, como cada pedaço da cidade cumpre ou deixa de cumprir a sua função social, independentemente de quem é o proprietário da terra. Essa é a grande inovação também do ponto de vista conceitual do Estatuto, que diz que não importa se a terra é pública ou privada; se ela é pública do governo estadual, do governo federal ? como temos bastante aqui no Rio de Janeiro ? ou do governo municipal; se ela é dos ocupantes legítimos dessa terra, que já ganharam seu direito à moradia, através da ocupação pacífica há mais de cinco anos. Portanto, a terra também é de posseiros legítimos, que têm legitimada a sua posse. Independentemente de quem é essa terra, sua função social tem de ser definida numa arena pública, seja quem for seu proprietário. Se num pedaço dessa terra a função é a não-ocupação, para que ativos ambientais possam ser sustentados, o próprio Plano Diretor vai ter de definir isso e vai ter de definir como se equaciona isso no campo da aplicação. E aí é que entra a segunda questão, o segundo eixo, que é a idéia de que Plano Diretor é basicamente a definição, para cada território da cidade, de sua função social e não podemos esquecer ? falando em Rio de Janeiro mais ainda ? que temos um enorme passivo sócio ambiental nesta cidade, constituído pelas décadas e décadas de exclusão territorial, praticada pelas políticas urbanas neste contexto, aliada à enorme concentração de renda e de poder que temos neste país, que empurrou a maior parte da população para situação de extrema vulnerabilidade sócio ambiental. Devemos equacionar essa questão, porque fazer um Plano Diretor no Rio de Janeiro

que não a enfrenta é piada, porque essa questão é absolutamente estruturadora dos problemas políticos e cotidianos que temos nessa cidade. Então, temos de entender como, por um lado vamos promover a regularização plena desse partido sócio-ambiental, garantindo aumento, melhoria da qualidade ambiental para todos os que vivem em condições de vulnerabilidade sócio ambiental, mas par5a a cidade como um todo; por outro, como vamos garantir, a partir de agora, o acesso à terra urbanizada, bem localizada, para evitar a permanente exclusão territorial dos mais pobres e o seu empurramento, a sua expulsão para cima de áreas extremamente frágeis, do ponto de vista ambiental, ou no mínimo distantes, desequipadas, desurbanizadas que são as periferias enormes dessa região metropolitana. Este é um tema fundamental, não apenas para o Rio de Janeiro, mas para as cidades brasileiras: ou os Planos Diretores definem e designam um lugar a adequado e com quantidade de metros suficientes para que os pobres caibam na cidade, ou simplesmente os pobres serão empurrados, permanentemente, para situações de vulnerabilidade sócio ambiental, com as conseqüências que não preciso dizer aqui quais são. Acho que este é o tema mais importante, que tem preocupado essas cabeças que estão sentadas aqui há vários anos. Então, acho que este tem de ser um tema central, que está colocado de uma forma muito clara no Estatuto da Cidade, levando ao terceiro ponto: não basta que o Plano Diretor defina qual vai ser a função de cada pedaço da cidade; ele precisa ter dentro dele os instrumentos para garantir a da implementação. E aí vamos entrar num ponto bastante sensível: um dos problemas seriíssimos do Plano Diretor do Rio de Janeiro, de 1992 é a sua não-implementação, tendo ficado pendurado na elaboração de uma legislação complementar que em sua maior parte não foi elaborada. É inacreditável que uma cidade como o Rio de Janeiro, que já passou por surtos de planejamento em vários momentos, ainda seja regulada, do ponto de vista de ocupação do solo, por um Código de Obras e Edificações de décadas atrás. É inaceitável como a estratégia de controle de uso e ocupação do solo, expressa através de zoneamento e código de obras, não estabelece nenhum diálogo com o planejamento urbano e com o Plano Diretor. Então, é nesta linha que estamos trabalhando muito facilmente no Ministério das Cidades: o Plano Diretor tem que ir até o fim, tem de dizer o que ele quer e qual o instrumento que vai mplementar e territorializar isso dentro do próprio Plano. Portanto, não tem nada de legislação complementar posterior de uso e ocupação do solo. Essas leis ganham autonomia, ficam conversando entre sie não se relacionam com as estratégias. É aí que se insere o novo instrumento do Estatuto da Cidade. Como a preempção, nas zonas especiais de interesse social, outorga o melhor direito de construir, a transferência do direito de construir o IPTU progressivo no tempo com a edificação compulsória, o parcelamento compulsório, sendo um instrumento de manejo do solo que executa, implementa e induz o mercado privado e público e solo a se comportar na direção que o Plano deseja. Então, não dá para trabalhar esses instrumentos autônomos como se eles não dialogassem nem um pouco com os objetivos que todo Plano Diretor tem, como tem sido tratado aqui no Rio de Janeiro e em outras cidade do Brasil que, historicamente cometeram, no nosso entender, o mesmo equívoco de automatizar essas coisas, e elas perderem totalmente a sua conexão. Este é um dos elementos que, evidentemente, dificultam a implementação do Plano, e há outro elemento fundamental que se liga à dimensão participativa. Pude participar, ontem ou anteontem, da instalação de um Conselho Municipal de Política Urbana no Município de Santo André, e esse Conselho, que foi eleito num processo bastante interessante, se constituiu a partir de um processo de discussão pública do Plano Diretor. Esse Conselho é bastante amplo, e foi emocionante mesmo ver a sua instalação no dia do aniversário da cidade, que foi presenteada com um conselho democrático e política urbana que integra o Conselho de Habitação, o Conselho de Meio Ambiente, os Conselhos da Agenda 21, enfim, esses estancos participativos que a cidade tem, como o Conselho do Orçamento Participativo, e que se constitui num organismo composto pelo governo e pela sociedade civil - é partidário -, atuando no acompanhamento da implementação do

Plano e do seu desdobramento. Então, acho que essa é outra dimensão. É muito importante que o processo de discussão do Plano seja participativo, que não se perca no próprio segmento, na implementação e na gestão, e que produza espaços democráticos que correspondam àquilo que foi estabelecido desde o começo. Sobretudo, se quisermos um Plano Diretor que tenha incidência, ele tem de dialogar com os outros processos participativos que a cidade já tem na mesma direção como é o caso, por exemplo, da Agenda 21 e de outros espaços participativos de discussão. Isso tudo tem de ser trazido e mobilizado nesta pauta do Plano Diretor, na dimensão da auto-aplicabilidade. Não quero me alongar demais. Quero muito ouvir os demais membros da Mesa e dar continuidade ao nosso debate. Eu apenas queria dizer que, para fazer ponte com o que significa isso, do ponto da política nacional, em função da importância que atribuímos ao processo do Plano Diretor para a construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano no país em outras bases; entendendo que, se o país vai entrar agora e, se Deus quiser, está entrando, vai entrar, cada vez mais, num ciclo de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico, nós não queremos ver repetir o filme que já vimos no momento em que este País teve momentos de crescimento e desenvolvimento econômico, quando as cidades viraram verdadeiras bombas sócio-ambientais, absolutamente precárias, excludentes, predatórias. Nós queremos preparar as cidades de uma outra forma para esse novo ciclo. E para isso, os planos diretores municipais são muito importantes para construir um primeiro parâmetro. Com esse objetivo, o governo federal estará lançando, estará preparando, em conjunto com núcleos estaduais, o núcleo estadual do Rio de Janeiro também já está se articulando, aqui, no Estado do Rio de Janeiro, uma ampla campanha nacional pela implementação de planos diretores participativos em todo o País, para que esse processo de obrigatoriedade de elaboração de planos, que está atingindo quase mil e oitocentas cidades, que tem que elaborar o plano e aprovar até 2006, não seja uma mera formalidade e tenham, realmente, um significado mais amplo no âmbito de cada cidade. E é nesse contexto que o processo de discussão do plano do Rio de Janeiro, pela importância que este Município tem no Brasil, pelo caráter emblemático que este Município tem como imagem de cidade, importância estratégica para o País, é fundamental que o processo de elaboração aqui e o produto desse processo seja muito importante, seja muito cuidado, seja muito bem feito. Eu me preocupo muito, eu ouvi num debate, na semana passada, na Associação de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, o Secretário Municipal de Urbanismo Alfredo Sirkis falar que nem a Secretaria de Urbanismo do Município, quanto mais outras secretarias, participou e tomou conhecimento do conteúdo do Plano que foi enviado à Câmara Municipal. Foi uma declaração do Secretário Alfredo Sirkis, preocupado com essa questão. Eu acho que é extremamente preocupante, não acho que o Plano tem que ser feito integralmente pela Secretaria Municipal de Urbanismo, mas acho que nem o próprio corpo técnico municipal, participar desse processo de elaboração, nenhum pedaço disso, é muito grave, é muito comprometedor! É muito importante que esse processo possa ser mais amplo. E mais, eu queria trazer, para finalizar, o testemunho da Cidade de São Paulo. Eu não estava lá quando o processo todo, de Plano Diretor aconteceu, mas foi interessante que um projeto foi enviado à Câmara Municipal pelo Executivo. E foi interessante que a Câmara Municipal de São Paulo, através de uma Comissão Especial do Plano Diretor, retrabalhou e reabriu o processo de discussão e elaborou em conjunto com entidades da sociedade civil, com ampla participação, um substitutivo integral ao Plano, e que demorou o tempo que se demora para fazer um processo como esse, interessante, profundo, oito meses, nove meses, alguma coisa desse tipo. Mas eu acredito que o produto Plano Diretor de São Paulo nesse momento é muito melhor, foi extremamente aperfeiçoado na Câmara Municipal. E acho que esta Câmara Municipal pode ter um papel importante, pode ter o papel de liderar esse processo, evidentemente, na interlocução permanente com o Governo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, que é fundamental participar desse processo, e as entidades e setores organizados da sociedade. Agradeço novamente a

oportunidade de estar presente aqui com vocês. E espero que hoje sejam lançadas as bases, fico muito contente com essa iniciativa da Comissão Especial de Vereadores e espero que isso possa ser um processo bastante rico para todos nós.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) ? Agradeço pela presença e brilhante explanação. Asseguro-lhe de que angustia a todos, e principalmente àqueles que têm responsabilidades públicas, o fato de a proposta encaminhada a esta Câmara Municipal de revisão do Plano Diretor ter sido elaborada pela Procuradoria-Geral do Município. Não que as pessoas que lá estejam não tenham competência suficiente para propor alguma contribuição, mas certamente lamentando profundamente o alijamento deste processo daqueles que devem ter responsabilidade maior na participação da discussão dessa questão. Nesse sentido, já estivemos com o Sr. Secretário de Urbanismo, Alfredo Sirkis, que estará participando ativamente e trazendo a contribuição dos senhores técnicos competentes da Cidade do Rio de Janeiro para que possamos finalmente ter um Plano Diretor à altura do povo desta cidade. Prosseguindo com a questão, vamos ceder a palavra agora à Dra. Célia Ravera, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra, S. Exa.

A SRA. CÉLIA RAVERA ? Bom dia à Mesa, bom dia também para a platéia, que eu estou observando muitos arquitetos da Prefeitura do Rio, que participaram na elaboração do Plano Diretor, colegas meus, e também representantes das comunidades do Município do Rio de Janeiro. Então, acho que é uma interlocução extremamente valiosa. É muito difícil falar depois da Raquel Rolnik, teríamos que falar primeiro e a Raquel por último. Eu fico extremamente sensibilizada pela coerência política da Raquel, pela coerência política com que se trata a cidade. Eu venho do Instituto Estadual de Terras e temos companheiros aqui presentes também do Instituto. E juntos temos uma larga caminhada, mais de 20 anos batalhando no plano da regularização fundiária, tanto na área rural quanto na área urbana. Como falou Raquel, o problema do Plano Diretor, não só da Cidade do Rio de Janeiro, e sim uma discussão do Plano Diretor em nível nacional, ele está numa contextualização jurídica absolutamente diferenciada porque coloca um desafio a cada uma das prefeituras que vão elaborar os planos diretores, que precisamente construirão uma sociedade mais justa. A Constituição fala da função social da propriedade rural. A terra deve produzir alimentos. E quando a terra não produz alimentos, ela não existe como propriedade. Isso era antes da Constituição de 1988. A cidade continuava, e, o sentido da terra na cidade era propriedade absoluta, com a qual a apropriação coletiva dos territórios. Não só no Brasil, mas na América Latina inteira, se deu da maneira mais desigual e mais perversa. Perversa para os excluídos. E perversa para a sociedade em seu conjunto. Porque aos excluídos só ficavam aqueles territórios que a legislação proibia ocupar. Então, estão aí as áreas de risco, as áreas frágeis no ponto de vista ambiental. Os Artigos 182 e 183 da Constituição que fala da função social da cidade e a função social da propriedade. E o inciso terceiro que se constituem objetos fundamentais ? erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, traz ao centro de debate o conceito de propriedade. E traz necessariamente ao centro do debate dos planos diretores como enfrentar a irregularidade. O fato de a Constituição ser um imperativo constitucional, outorgar a função social da propriedade, nos faz reafirmar com uma grande quantidade de juristas comprometidos, que essa função social não é condicionante nem um limitante do direito de propriedade. É um requisito para existir a propriedade. E a coerência de um Plano Diretor, precisamente, articular dentro das figuras dos elementos da gestão da cidade, todos os instrumentos jurídicos e urbanísticos necessários para concretizar esse direito à cidade, que necessariamente passa pelo direito ao acesso a terra. A ocupação informal é protagonizada por 2/3 da

população de baixa renda. Claro que existe uma informalidade, que é possível sanar com menos burocracia e com normas mais inteligentes no sentido antigo do planejamento e na gestão da cidade. Mas existe outra irregularidade que só pode ser enfrentada com o conceito de função social da propriedade.. O fato de que na Constituição existia antes de 1988, a função social da propriedade rural e que precisou de um grande movimento, que se constrói ao longo dos anos e que, hoje, é protagonizado pelo MST, para esse direito, outorgado pela Constituição, mas, entretanto, não legitimado para os excluídos, precisa de movimentos da envergadura de MST, que indica que a mobilização popular, além da participação, é um condicionamento indispensável para que esses planos diretores consagrem não só os instrumentos jurídicos da função social da propriedade, porque isso o Plano Diretor do Rio já fez. É preciso uma mobilização permanente junto com a participação para que esse conceito, que é um desafio ? esse conceito ser realmente viabilizado e na realidade da cidade. Um dos instrumentos mais contundentes da função social da propriedade é o usucapião especial urbano. O artigo 183 da Constituição diz "área urbana até 250 metros quadrados" deve ser outorgada para quem está nela morando e não tem outra propriedade e se não tiver oposição do proprietário, porque ela mora na terra e ele está dando uma função social a essa terra que é precisamente terra urbana. O destino e a finalidade dela é morar. Por outro lado o fato de que nesses cinco anos o proprietário nunca se manifestou como ocupação daquele que está morando evidencia o descaso, a tendência especulativa da terra e se a tendência especulativa não pode ser admitida na medida em que essa tendência especulativa constrói essa sociedade perversa da expulsão. Mas a lei avança ainda mais e eu esqueci de falar que o problema da constituição absorver a função social da propriedade também é produto de dois processos: por um lado é produto de um processo de direito insurgente, quer dizer, aquele direito ainda não constituído institucionalmente foi constituído socialmente que foram as ocupações, hoje, através das emendas populares e da realidade das ocupações de terras urbanas como único modo de acessar a terra de trabalhadores, hoje, isso é um direito constituído, direito insurgente. A mobilização popular possibilitou a similitude desse direito, entretanto a construção social desse direito, esse direito deixar de ser direito formal para se transformar em direito real exige necessariamente a participação e a mobilização e direito dos excluídos não é concedido. É uma experiência histórica, o direito dos excluídos é conquistado ainda que colocado na constituição e na lei. Usucapião coletivo é um avanço ainda mais estabelecido pelo Estatuto da Cidade porque permite iniciar o processo de usucapião perante a justiça por parte coletivamente. O que estava acontecendo com o usucapião individual? Era um trabalho para ser desenvolvido na favela, de alto custo por topografia individualizada para cada unidade, identificação de provas de ocupação quase que necessárias pela presença da favela consolidada, de família por família e o encaminhamento desse processo para diferentes juizados. Isso necessariamente gerava um custo operacional para formalizar as peças necessárias ao processo e uma temporalidade do procedimento extremamente comprido e extremamente difícil de controlar porque era dividido em diferentes juizes o que estava inviabilizando esse instrumento jurídico por isso o avanço do artigo 4º do Estatuto quando impõe e coloca o usucapião urbano coletivo; claro que sempre para a população de baixa renda e permite que a própria associação de moradores represente a comunidade ou se está estabilizando um litis consortes e apresentar ao juiz a solicitação da formalização desse direito de propriedade. O direito de propriedade segundo a Constituição e segundo a Legislação foi constituído pela ocupação e pela falta de função social da propriedade que seu detentor anterior colocou. O que se faz no processo de usucapião é a formalização do título, através de um documento formal que o juiz outorga, através dessa sentença e que vai ser averbado no Registro de Imóveis. E nesse processo de usucapião o juiz pode dar fração ideal igual para todos os ocupantes desse território ou pode dar fração diferenciada, sempre que assim for conveniado pelos membros dessa comunidade. É imprescindível que nos planos diretores seja colocada a obrigação de

apoio técnico-jurídico para os processos de usucapião. O tratamento desigual para os desiguais é o que faz e possibilita atingir a igualdade. Esse instrumento jurídico de usucapião coletivo será inviabilizado se a Prefeitura não oferecer o apoio técnico para o levantamento físico-cadastral da área, que é peça necessária para o processo de usucapião, além da assistência jurídica gratuita que nós, no Estado do Rio de Janeiro, temos esse privilégio na Defensoria Pública e, dentro da mesma, o Núcleo de Terras da Defensoria Pública, onde está o Instituto de Terras, com a atribuição específica de acompanhar o processo de usucapião. Entretanto, como Raquel falou, o problema da função social é para todos aqueles e para a terra, não interessando quem é que se diz proprietário dela. Por isso, a Medida Provisória 2220 coloca a concessão de uso especial para fins de moradia. Quando a terra é pública, seja estadual, municipal ou federal, e gira em torno de uma atribuição social e a ocupação está outorgando essa função social esse que formalmente é proprietário, deverá outorgar a regularização fundiária da área ocupada. É uma obrigação do ente público perante a situação de ocupação consolidada por mais de cinco anos, por famílias de baixa renda que não tenham outra propriedade. Se o Poder Público se negar, as comunidades têm a possibilidade de acessar a Justiça para que o juiz faça cumprir essa determinação. É esse o grande elemento que traz, no âmbito jurídico, a concessão de uso especial para fins de moradia porque ela é um imperativo jurídico a qual o Poder Público deve se submeter. Para articular os instrumentos jurídicos, eu não vou entrar em todos os instrumentos urbanísticos e outros instrumentos jurídicos, escolhi usucapião e a concessão especial para fins de moradia, porque acho que são os instrumentos jurídicos mais contundentes com referência à função social da propriedade e acho que as zonas especiais de interesse social permitem espacializar, fisicamente, aquelas áreas que vão ser objeto de aplicação desses instrumentos de regularização fundiária e de todos aqueles instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam incluir os excluídos. Entendemos que é fundamental, dentro do Plano Diretor, criar um programa de regularização fundiária e também, dentro do Plano Diretor, estabelecer um órgão de regularização fundiária permanente, para esse órgão executar as atribuições do município nesse processo de regularização. É claro que não é só dar o acesso à terra, o problema da função social da propriedade não se limita à terra, limita-se necessariamente a combinar a dimensão jurídica e urbanística no tratamento da cidade. Por isso entendemos que os planos urbanísticos que vão dar normas específicas nessas zonas especiais de interesse social, serão normas específicas não só para a realidade de cada assentamento, senão também normas necessárias para preservar essa terra em sua função social não permitindo que o abandono das famílias, as quais ela está dirigida, e nem a especulação imobiliária, retomem essas terras infra-estruturadas para colocá-las novamente no mercado imobiliário e produzir exclusão. As zonas de especial interesse social devem ser discutidas para integraras políticas de regularização e no planejamento e controle de soluções. Uma das medidas discutidas na elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro era a possibilidade do Poder Público gravar zonas especiais de interesse social, não só nas áreas que serão objetos de regularização, mas também naquelas que se caracterizam como necessárias para serem destinadas a construções habitacionais de baixa renda. Aí seria interessante permitir, promover a outorga de autorização, outorga gratuita de autorização para construir áreas superiores ao coeficiente de aproveitamento, viabilizando oferta de habitações de interesse social. Claro que o Plano Diretor também deve estabelecer a proibição de desmembrar lotes nas zonas de especial interesse social, para que estas não percam o caráter de área destinada à habitação popular, para que também não sejam levadas para a especulação. Acho que uma nova cultura institucional, baseada na função social da propriedade, tanto na área jurídica, cartorial, institucional ? e também uma nova cultura na própria população ? é o grande desafio político para implementar o Plano Diretor. É preciso que as comunidades entendam que o fato de morar em uma favela é produto de um conceito ilegal da função da sociedade, que não permitiu ao indivíduo acessar uma terra não ambientalmente frágil e acessar

uma terra com condições de infra-estrutura, com condições de habitabilidade. Para atingir os perímetros de sustentabilidade, que supõem necessariamente justiça social, o problema da regularização fundiária, o problema da articulação conceitual do Plano Diretor, como falou Raquel, tendo como desafio estratégico a função social da Cidade e da propriedade, é imprescindível. Não se alcançará a gestão democrática da Cidade, não se conseguirá participação? participação no sentido da construção social desse direito -, se não se consolidar, no Plano Diretor, esses instrumentos jurídicos. E mais: a auto-executoriedade desses instrumentos jurídicos dentro do próprio Plano Diretor.

(PALMAS)

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Eliomar Coelho, membro da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Obrigado, Dra. Célia Ravera. Antes de passar ao próximo expositor, quero anunciar a presença à Mesa, de mais um membro da Comissão responsável pelos trabalhos de revisão do Plano Diretor, o nobre Vereador Wanderley Marins. Passo a palavra ao Dr. Carlos Vainer, Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Ipur.

O SR. CARLOS VAINER ? Obrigado, Vereador Eliomar, em nome de quem cumprimento a todos os demais integrantes da Mesa. Queria parabenizar, em primeiro lugar, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela iniciativa de abrir o debate sobre o Plano Diretor, na verdade um debate sobre a Cidade. É uma coisa fundamental. Espero que seja o primeiro passo de um processo que comece a revolucionar as relações desta Casa com a cidadania e com a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo quando nós temos em vista a pobreza hoje, lamentavelmente, mas temos que enfrentar a realidade, no debate sobre a Cidade. Se nós pensarmos como transcorreram as últimas eleições municipais do Rio de Janeiro, eleições em princípio, eleições municipais em particular, são momentos inicialmente favoráveis a que o debate sobre a Cidade se generalize e envolva um campo mais amplo da cidadania. Nós vamos ver que perdemos uma extraordinária oportunidade para fazer esse debate. Eu agora perguntava quantos representantes da imprensa carioca estão aqui presentes. Onde estão nossos jornais? Todos eles com Cadernos Cidade. Certamente, nenhum deles veio aqui hoje, lamentavelmente, para discutir e repercutir o debate sobre a Cidade que aqui se amplia. E eu faço essa cobrança e acho que devemos fazê-la todos, de que a imprensa e os Cadernos Cidade tratem da nossa Cidade na sua complexidade, na sua diversidade. Então, acho que a nossa Câmara Municipal e a Comissão que cuida, agora, da questão do debate da preparação do Plano Diretor, deve cobrar, de maneira sistemática da grande imprensa do Rio de Janeiro, do rádio e da televisão a repercussão desse debate, se nós quisermos, de fato, que ele mobilize e sensibilize a nossa cidadania. E evidentemente quero agradecer o convite. Nos últimos 30 dias, é a terceira vez que eu venho a esta Casa. Eu tenho a expectativa de que isso signifique realmente um aumento. Eu me sinto aqui não apenas como representante do Ipur, do Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, mas de todos aqueles que hoje, na nossa Universidade, estão debruçados sobre os problemas da nossa Cidade. Espero que essa frequência crescente com que eu tenho vindo aqui expresse de fato um processo de aproximação dos nossos centros de pesquisa e ensino, sobretudo aqueles que trabalham em torno do tema da nossa Cidade, a Câmara e o debate público. É necessário também convocar e cobrar da nossa Universidade, do nosso Centro de Ensino e Pesquisa um compromisso crescente com a nossa Cidade. Indo ao tema com o qual estamos abrindo o debate, eu gostaria de colocar uma pergunta que me parece meio tola, mas fundamental. É possível planejar as cidades? No momento em que abrimos o debate sobre Plano Diretor e no momento em que debruçando-nos sobre a experiência dos últimos 10 anos não temos muitos frutos gostosos e saborosos a comemorar e a nos deliciar, cabe essa pergunta. Enfrentar seriamente essa

pergunta. Sobretudo face a um momento cultural e ideológico, no qual esse debate e esse processo de debate sobre o Plano Diretor se abre, onde começa e impera uma crença generalizada de que a forma mais adequada e eficaz de alocar recursos e gerir o processo social é entregando esses recursos, esse processo social, ao livre jogo das forças de mercado. O mercado sendo pensado como a forma mais eficiente de alocação de recursos. Essa é uma questão que eu pretendo tratar na minha apresentação. E a segunda questão, que também me parece chave, é qual, o formato das relações entre Estado, Sociedade e Mercado? Pensando, evidentemente, em termos urbanos. Pode e deve um Estado, através do planejamento, contrariar dinâmicas e tendências do mercado? Como isso pode ser feito e como isso deve ser feito? Então, a primeira pergunta é se o planejamento é possível. Colocado os termos muito genéricos como eu estou colocando, evidentemente a pergunta é, depende do planejamento, depende dos seus objetivos. Mas de fato a pergunta que eu quero fazer é: nas sociedades contemporâneas, frente, a digamos assim, à crescente dominação das relações mercantis e à imposição das relações de mercado, como padrão e modelo de relação social se possível ter uma ação racionalizada à busca de objetivos determinados. Essa é uma maneira de definir planejamento: uma ação racional e racionalizada, que busca determinados objetivos. Eu vou pegar só um exemplo, para deixar claro o que eu estou falando. Se eu acredito que a sociedade é o que ela é hoje porque isso expressa a natureza dos homens e que essa forma de organização social é a forma de organização social natural entre os homens, determinada pela natureza humana, então nada adianta eu querer planejar a mudança dessa sociedade. Ela é o que é porque é a expressão da natureza do homem. E essa naturalização das relações sociais, tais como elas estão colocadas, que é, a gente reconhece, o pensamento conservador, ela pode, tem um eco mais ou menos diferenciado, mas que está presente no pensamento de pretensões progressistas e de esquerda, que pensa que a sociedade é tal qual é porque expressa as estruturas sociais. E essas estruturas sociais se reproduzem expressando a lógica do capital, ou qualquer nome que se queira dar.. Se agente transfere isso para a cidade: a idéia de que a cidade é o que ela é porque ela é a expressão das estruturas sociais, e essas estruturas sociais se reproduzem e, ao se reproduzirem, reproduzem a cidade tal qual ela é. Se, portanto, temos uma cidade desigual e injusta, ela assim o é porque isso é determinado por estruturas sociais e econômicas desiguais e injustas, não há nada a fazer, porque a cidade é apenas a manifestação dessas estruturas. Na manifestação de um sociólogo francês famoso, ele diz que a cidade é estruturada, isto é, é determinada pelas estruturas sociais. Dito de outra maneira, a gente poderia formular o passado, que são as estruturas sociais coaguladas, impõe, no presente o que será o futuro. Na verdade, falar em futuro é um erro, porque não haverá futuro, haverá apenas uma reposição do presente nos tempos que virão. Não haverá mudança possível, porque as estruturas sociais estão aí colocadas. Se isso é verdade, o planejamento é uma ação absolutamente inócua? não há espaço algum -, por uma razão muito simples: como as estruturadas e no espaço da cidade não é possível mudar essas estruturas, porque todos sabem que as estruturas sociais de muito o espaço urbano, a ação de planejamento urbano é inócua. Ou nos entregamos de bom gosto, ou de mal gosto, ao mercado ou nos entregamos à ação revolucionária, porque não há nenhuma ação possível no âmbito da cidade. Esse é o impasse que nós devemos enfrentar. O pensamento conservador adora isso, porque evidentemente se chega à conclusão de que não há nada a fazer, a não ser conviver com o que aí está. Tem um economista, que hoje também é filosófico, que escreveu um trabalho maravilhoso chamado "A retórica da intransigência" que diz que, no pensamento conservador? ele descreve isso como sendo a Tese da Inocuidade? é inócua qualquer tentativa de mudança. Mas ele diz que há outra tese pior que a Tese da Inocuidade, que é a Tese da Perversidade. Essa merece a nossa atenção, porque ela está presente, hoje, no debate público. É a seguinte tese: quando você tenta fazer alguma coisa que contraria o status quo, o resultado é pior do que aquilo que o status quo é. Um exemplo simples. Todo mundo

concorda que a renda do Brasil é desigualmente distribuída, que os pobres ganham muito pouco e os ricos muito. Uma solução seria, dizem alguns, melhorar o salário mínimo, porque isso permitiria... O que respondem os conservadores que implicam nessa tese da perversidade? Se nós aumentarmos o salário mínimo, o que vai acontecer? Menos trabalhador se vão ter as carteira assinada; mais trabalhadores irão perder o emprego. Nesse sentido, o resultado, por mais bem intencionado que seja aquele que propôs o aumento do salário mínimo, o resultado vai ser o aumento da informalidade e do desemprego. O que, todo mundo concorda, não é bom para os trabalhadores. Portanto, tentar fazer algumas coisa que melhore o status quo acaba gerando um feito inverso e perverso, piorando a situação daqueles que você pretende melhorar. Isso está no íntimo, e eles chamam de tese da perversidade. Transporta para a cidade, tudo bem, a cidade não é nenhuma maravilha, mas querer intervir contra as lógicas que reproduzem esta cidade, vai levar uma situação ainda pior, vocês conhecem? Se a gente fizer alguma ação na favela, sabem o que vai acontecer? Mais gente vem para a cidade, e fazer mais favela, então é a mesma tese da perversidade que nos leva, evidentemente, a nos transformarmos em belos contempladores condescendentes, e que a realidade não pode ser as dos nossos sonhos, mas não temos nada a fazer contra ela. Essa idéia é fundamental, é fundamental enfrentá-la, e o que podemos contrapor a ela? Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que a cidade expressa estruturas sociais que ultrapassam a cidade. A nossa cidade é desigual e injusta porque a nossa cidade é desigual e injusta. Nós podemos dizer que há mecanismos nas estruturas sociais que tendem a reproduzir, e a gente pode dizer, reproduzir de maneira ampliada, a desigualdade e a justiça social. E, por tanto, há mecanismo que reproduzem a cidade tal, como ela é, mas será que diante desta cidade estamos apenas condenados a nos transformar em gerentes eficientes da miséria e da desigualdade? Palavra gerente e gestão, agora está na moda. Será que nós temos que ser agentes dessa miséria urbana? Eu diria que temos outros caminhos e alternativas e aí nós começamos a nos aproximar dessa questão. É que a ação transformadora é possível no espaço de uma única verdade, e por uma razão muito simples ou complexa. A minha, eu já estou convencido dela, para mim, ela é simples, mas para quem não está convencido, de repente não será tão simples assim. A cidade não é apenas uma reprodução localizada da estrutura social, se assim fosse, todas as cidades seriam iguais, as cidades são diferentes. Nós temos uma estrutura social o País, no entanto, temos diferentes cidades. Nós temos padrões e formas de desigualdade e de justiça diferentes das cidades. Isso quer dizer, além de ser um reflexo das estruturas sociais, a cidade, ela mesma é uma estrutura social. A cidade é um espaço que engendra e reproduz. Há uma desigualdade e uma injustiça especialmente urbana como é pura e simplesmente a reprodução da estrutura social, nacional ou das relações capitalistas. A relação entre cidade e estrutura social não é uma relação passiva e a cidade não é apenas determinadas pelas estruturas sociais, a cidade é também elemento ativo e pode ser um elemento de transformação das relações e das estruturas sociais. Ela reflete a estruturas sociais. Ela reflete a estrutura social, mas ao mesmo tempo, pode gerar mecanismos, dinâmicas, e elementos que reconfigurem as estruturas sociais. É por isso, que ela é um palco fundamental da luta social e política. Ela é uma arena decisiva, porque nela se decide muitas coisas a respeito da sociedade. Não está escrito na estrutura social brasileira que alguns bairros sejam asfaltados e outros não. Que os jornalistas se concentrem em áreas ricas das cidades e nas áreas pobres não haja hospitais. Isso não está inscrito em nenhuma cultura social capitalista, vocês podem visitar muitas cidades capitalistas pelo mundo afora, onde isso não acontece. Isso daí é um debate especificamente urbano, a cidade é uma arena onde nem tudo está definido, onde nem todos os dados já foram lançados, ela é um espaço de luta. Nesse sentido, ela é também um poderoso mecanismo de geração e apropriação de riqueza que não está determinado, totalmente na estrutura social. Se alguns promotores imobiliários capturam imensos valores, nas vendas imobiliárias, como se chama, graças a investimentos públicos, não faz parte da

estrutura social, faz parte das relações que se constituem no âmbito da cidade entre o poder e interesses econômicos privados. Eu não sei se estou sendo claro,mas estou querendo resgatar a idéia de que há embates específicos e decisivos que podem ser travados e vencidos no espaço da cidade. E se é possível planejar na cidade, é porque esses espaços existem. E se é possível planejar é que é possível construir atores políticos coletivos que sejam capazes de levar adiante esses embates.Mudanças na escala de uma única cidade supõe a construção de sujeitos políticos coletivos que encarnem projetos e propostas. Sem tais sujeitos, o planejamento não é impossível, mas aí sim é inócuo. A Raquel fez referência a uma questão dos instrumentos. E ela fez uma referência também ? mas eu quero insistir mais nesse ponto ? sobre os instrumentadores: instrumentoss em instrumentadores são inúteis. Se o Plano é uma folha de papel, como tantos, se a lei é um papel na gaveta como tantos, se não se constrói na cidade a força política e social capaz de fazer daqueles instrumentos uma arma concreta no embate que se trava no espaço da cidade, o Plano pode ser abandonado.O quer nos lembra o planejamento, e um planejamento urbano, longe de ser um simples exercício de futurologia ou uma elucubração sobre os nossos sonhos, é e pode ser um compromisso presente com sujeitos sociais concretos que têm que se construir no processo de planejamento e no processo de embate político do qual a cidade é uma arena e um objeto. Dizer, pois, que o planejamento é possível é pouco. Eu iria mais longe e diria que o planejamento é indispensável e necessário como instrumento da ação coletiva na cidade. Pois ele convoca ? ou pode convocar ? atores e grupos sociais,inclusive aqueles que se confortam na reprodução da cidade tal como ela é ?para explicitarem, no embate democrático e político, o que propõem e o que é o projeto, qual é o futuro desejado. E esse é o exercício fundamental para o qual devemos convocar todos os cidadãos, ou melhor, só serão cidadãos aqueles que participarem desse debate; o resto serão cidadãos,moradores da cidade. E, para isso, a gente tem que convocar nossa imprensa,para que ela participe do esforço de mobilização e sensibilização dos nossos moradores, para que se façam cidadãos na definição e na discussão do futuro que queremos para a cidade.Uma segunda pergunta seria: quais as possibilidades e limites que temos nesse desafio? Porque muitos nos querem dizer dos limites que enfrentamos para planejar ? "precisamos ser realistas", "não podemos colocar o carro na frente dos bois",... Não, vocês conhecem toda a sabedoria popular construída em torno da idéia de que é melhor ficar como está do que correr o risco de piorar ou muito esforço para nada. E nós sabemos também, muitos ativistas, muitos limitantes da cidade, o cansaço que têm muitas vezes,compreensivo, depois de muitos anos de luta e tão poucas vitórias.Eu diria que as possibilidades e limites são dados, na verdade, pelas possibilidades e limites do campo de forças políticas que nós somos capazes de estruturar. Não existe limite fixo estabelecido sobre o que é possível fazer. O limite é dado pela capacidade de construir o sujeito político coletivo. Nós temos graves problemas na nossa cidade, hoje, se quisermos falar sério entre nós e abriremos o jogo aqui entre nós, para construirmos sujeitos políticos coletivos em torno de um projeto da cidade.Esse é o desafio que está colocado para nós, e esse é um desafio colocado para nós e que nós vamos ter que enfrentar neste processo de debate do Plano Diretor, para que ele não seja apenas um exercício de reencontro de nós conosco mesmos, porque eu olho aqui e conheço 80% dos que aqui estão.Eu quero vir aqui, daqui a seis meses, e não reconhecer mais do que 10% dos que aqui estão. Isso significaria que nós estamos de fato avançando,construindo novos sujeitos, incorporando novas forças sociais e políticas ao processo de transformação da nossa cidade e ao processo de planejamento da nossa cidade.Então, alguns vão dizer: "Então, planejamento é política?" O Chico de Oliveira, importante escritor, há algum tempo dizia: "O planejamento é a continuação da política por outros meios." Aí ele brincava com a frase famosa de Klausewitz, que dizia que "A política é a continuação da guerra por outros meios." E não é ruim que o planejamento seja político. A gente não deve tomar essa classificação como uma desqualificação do planejamento.Se nós entendermos a política como o exercício da ação coletiva no

espaço público, se nós entendermos a política dessa maneira é fundamental afirmar o caráter político do planejamento, porque hoje o que se pretende, na verdade, é despolitizar a cidade, na verdade, retirá-la do espaço público e da ação coletiva e fazer dela um simples jogo de interesses, interesses que se expressam sobretudo não como interesses políticos, mas como interesses econômicos e nesse sentido como interesses privados e aqui é uma questão chave, qual é a relação entre isso e o mercado, estamos agora falando do mercado, no embate entre o mercado como espaço dos agentes econômicos e apolítica como espaço dos sujeitos políticos, coletivos. Aqui, o que nós enfrentamos hoje no pensamento dominante é a idéia de que sendo o mercado a forma mais eficiente de alocar recursos, a melhor maneira de dirigir a cidade é colocá-la nas mãos do mercado e sob a direção daqueles que entendem de mercado, isto é, daqueles que entendem de negócios, isto é, dos homens de negócios. Se a cidade deve ser dirigida pelo mercado, se ela deve ser pensada como um negócio, chamemos quem entende de negócio para dirigir a cidade, muito coerente. As cidades, nesse sentido, devem ser apenas a expressão da dinâmica do mercado e a expressão que inventaram para esse planejamento de mercado é que o planejamento agora deve ser amigável com o mercado, ou dirigido pelo e para o mercado. Se a cidade é o lugar do mercado, ou da mercadoria, ela também é o lugar do marketing e no lugar do planejamento surge o marketing urbano, onde na verdade o que importa não é olhar e ver os problemas que a cidade enfrenta, mas é vendê-la e aí nós vemos os prefeitos circulando por aí vendendo suas cidades, onde, na verdade, as questões são absolutamente escondidas e a cidade, então, é produzida como uma imagem para o exterior e não como espaço de vida, de construção social, ou individual, grupal dos seus próprios habitantes. Nessa perspectiva da cidade como negócio, na verdade, o que se opõe é a possibilidade da cidade ser pensada como espaço da política e aí é que nós estamos desafiados a firmar a cidade como espaço público da ação política e não como cidade empresa, cidade negócio, onde na verdade os destinos da cidade são entregues ao livre funcionamento do mercado. Nesse sentido eu diria que, na verdade, a contradição que a gente pensa quando pensa em planejamento, não é entre mercado e estado, o verdadeiro embate diante do qual nós estamos sendo colocados é o despotismo do mercado e a democracia cidadã, porque nós também não queremos um estado que se coloca no lugar da cidadania e a Dra. Raquel fez uma referência rápida nesse sentido.. Então, nós não aceitamos e não devemos aceitar que a questão a resolver é entre mercado e estado, a questão a resolver é entre democracia cidadã e despotismo do capital. Dentro dessa disjuntiva a nossa opção deve ser pela democracia cidadã. Qual o formato que deve ter, que devemos buscar estabelecer entre planejamento e mercado? Eu acho que a gente pode caminhar na discussão de que não se trata aqui de eliminar o mercado, mas dizer que os destinos da cidade é um assunto político do conjunto dos cidadãos. Os cidadãos não podem abdicar do poder que lhes cabe de decidir os destinos de sua cidade e é isso que nós chamamos de política. Se trata, portanto, de fugir dos automatismos, aos consensos, a despolitização do espaço da cidade.. Esse é o desafio quando nós começamos a discutir o nosso Plano, é esse o esforço de construir este processo político, porque só esse processo político constrói os instrumentadores dos instrumentos, constrói os atores políticos do processo de planejamento. Daí a importância do exercício de poucos que, portanto, quando bem intencionados, não vai além de um belo documento que vai para a gaveta, porque o próximo Prefeito dá um peteleco nele, e nós não temos mínimas capacidades sociais e políticas de fazer com que aquilo seja de fato um processo e um instrumento de transformação desta cidade, tão bela e tão perversa para a imensa maioria dos seus. Quando vou a São Paulo, e o pessoal diz: "Como vai a Cidade Maravilhosa?" eu digo: Maravilhosa para poucos, porque para a imensa maioria é uma cidade perversa, brutal. E todos nós aqui sabemos disso e precisamos dizê-lo para saber enfrentar, não é? É quase um processo psicanalítico: se você não diz o nome da sua miséria, você não é capaz de superá-la. Somente a democracia reconhece e valida o processo de reconhecimento da diversidade da cidade. Não queremos ser representados apenas por

um Cristo Redentor de braços abertos, porque existem outras terríveis realidades que se escondem atrás desses braços abertos, que muitas vezes esquecemos de mostrar, discutir e enfrentar. Para concluir: isso nos leva a uma tentativa de reflexão final sobre quais são os limites e possibilidades do processo de planejamento. Eu quero colocar aqui que os limites dependem de nossa capacidade, enquanto cidadãos das instituições públicas desta cidade, dos políticos, das lideranças comunitárias de transformarem esse processo num processo de construção de uma força social e política poderosa, essa me parece a questão fundamental. Isso significa reinventar a Cidade do Rio de Janeiro, reconstruir a Cidade do Rio de Janeiro e construir, nesse processo, a força política e social de uma vitalidade urbana extraordinária, que nós sabemos que existe nesta cidade. Então, queremos a imprensa comprometida, queremos os governos, os sindicatos, queremos sair do gueto, queremos as pessoas interessadas em questão urbana, e todos conhecem esse gueto. Queremos transformar isso num enorme bloco daqueles que querem discutir os destinos desta cidade. E essa reinvenção da cidade e da cidadania evidentemente ? também não vamos colocar tarefas demais para quem não pode ? não pode ser realizada apenas de um planejamento do Plano Diretor; ultrapassa de muito o planejamento do Plano Diretor. Mas ele pode ter um papel importante de deflagrador, de contribuir para esse processo. Aos que denunciam a excessiva rigidez do Plano Diretor ? isso está na moda ? é possível responder com um Plano Diretor que estabeleça mecanismos de revisão democrática permanente. Aos que acusam o planejamento de ser excessivamente tecnocrático do Plano Diretor, podemos responder com a introdução de dispositivos que estimulem a participação popular e distribuam o poder de decisão sobre a cidade. Ontem, lendo um documento, um livro, aprendi um conceito que ainda não tinha aprendido e não tinha lido em nenhum lugar que se chama ? não sei como vou traduzir ? subsidiaridade. Pareceu-me muito interessante. O que diz o princípio da subsidiaridade, que já foi assumida na Carta da União Européia? Diz que todas as decisões devem ser tomadas num nível mais baixo possível, mais próximo daqueles que estão engajados nos resultados daquela decisão. Pareceu-me muito interessante esse princípio, e está na Carta da União Européia. Acho que podemos pensar nisso no nosso Plano Diretor, não é? Reconhecer e enfrentar a realidade da nossa cidade não quer dizer ser estúpido e não reconhecer a experiência de outras cidades e de outros países. Nós sempre fomos uma cidade aberta ao contato nacional e mundial e devemos também permanecer quando pensamos sobre a nossa própria cidade. E aí estão enormes e extraordinários instrumentos ? não vou voltar a falar sobre eles ? que estão à nossa disposição. Para concluir, eu queria dizer que acho que é necessário e possível, no momento em que começamos a rever o nosso Plano Diretor, concebê-lo, daqui ara a frente, como um instrumento através do qual a cidadania discute e delibera sobre o futuro da sua cidade. Ele deve e pode ser pensado como um ato político, isto quer dizer, como um ato de vontade, uma vontade que é coletiva e que, portanto, só pode ser coletiva se for democraticamente construída. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado, Dr. Carlos Vainer, Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional. Bom, conheço as disposições previstas na nossa programação, portanto, agora passo a palavra a quem dela queira uso fazer. Temos um tempo, e gostaria que as intervenções fossem objetivas, precisas e breves, porque, no encerramento, a palavra voltará para a Mesa para as considerações finais. Por favor, a pessoa, ao fazer a intervenção, queira se identificar.

A SRA. MARIA LÚCIA NAVARRO MARANHÃO - Bom dia! O meu nome é Maria Lúcia Navarro, da Secretaria Municipal de Urbanismo. Eu queria apenas informar que foi criado ? tendo, hoje, sido publicado no Diário Oficial o decreto ? um grupo de trabalho com o objetivo de coordenar, já que a Secretaria de Urbanismo é que vai coordenar e acompanhar a elaboração, no âmbito do Poder Executivo, do Plano Diretor. Esse grupo

vai ser composto pela Secretaria de Fazenda, Secretaria de Habitação, Transporte, Meio Ambiente, Cultura, Secretaria Especial de Turismo e o Plano Estratégico. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? As pessoas que querem falar queiram se inscrever aqui. Para falar, o arquiteto Sydnei Menezes, do IAB-RJ.

O SR. SYDNEI MENEZES ? A Raquel tem toda a razão quando fala que a absoluta ausência das Leis Complementares para o Plano Diretor ocasionou a sua inépcia. Evidentemente, paralelo a isso, Raquel, surgiu no Rio de Janeiro o chamado "urbanismo de resultados", processo em que o planejamento é atropelado por medidas absolutamente intervencionistas. Por outro lado, como a colega acabou de dizer, o Diário Oficial do Município, hoje, traz duas importantes publicações: a composição do Comitê de Criação do grupo de trabalho que, no âmbito do Executivo, tratará da questão de revisão do Plano Diretor. Mas a minha pergunta para você é a seguinte: "Qual a sua sugestão, no sentido concreto, no sentido imediatista, para que se possa perseguir a construção da arena pública aqui no Rio de Janeiro?"

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Na medida que as intervenções terminarem, vamos deixar três perguntas, pelo menos, para serem respondidas. Bom, vamos ouvir, agora, a intervenção do nobre Vereador Edson Santos.

O SR. VEREADOR EDSON SANTOS ? Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Comissão Especial, que está tratando da tramitação do Plano Diretor aqui da Cidade do Rio de Janeiro, e os Vereadores que a compõem, principalmente, pela necessidade de se provocar a sociedade a fim de discutir esse documento legal. Costuma-se dizer ? e é uma verdade ? que o Orçamento é a principal peça legislativa a ser votada durante o ano na Câmara Municipal, ou em qualquer Casa Legislativa. Acho que este ano é um ano particular, porque é grande a importância e o alcance desse debate do Plano Diretor, da elaboração da Lei do Plano Diretor; eu acho até que ele tem um valor superior ao da discussão do Orçamento, onde se alocam prioridades para a Cidade do Rio de Janeiro, porque, na verdade, nós estaremos decidindo sobre os rumos do desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro. Quero dizer que será importante o acompanhamento, o empenho e a participação dos mais variados segmentos sociais de nossa cidade. Isso porque, como já foi dito, a cidade é uma arena de luta, e esta arena se traduz aqui na Câmara. Os instrumentos de intervenção urbanística careceram de regulamentação, que poderia e deveria ter ocorrido quando da elaboração do Plano Diretor. O Vereador Eliomar Coelho participou da discussão do Plano Diretor, naquele momento, e sabe, tanto quanto eu e outros que viveram aquele período, que a ausência de regulamentação aconteceu em função da ausência de entendimento sobre a aplicação do imposto progressivo e o solo criado ? não houve entendimento, aqui na Casa, não houve força suficiente para garantir a sua regulamentação, e esta regulamentação foi jogada para uma legislação posterior. E isso, já temos 13 anos, e não aconteceu. Não aconteceu também por falta de interesse político. O Prefeito que sucedeu ao Prefeito Marcello Alencar, que é o atual Prefeito, deu várias declarações no início do seu governo anterior sobre o desinteresse, a inoportunidade da aplicação do Plano Diretor. Chegou a convocar e a constituir um planejamento estratégico com setores empresariais do Rio de Janeiro, que se colocou em contraposição ao Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Então, quero dizer que fico esperançoso da possibilidade de nós, com base naquilo que aprendemos da elaboração do primeiro Plano Diretor Democrático da Cidade do Rio de Janeiro, com base nesse aprendizado, fico esperançoso de chegarmos a termo na revisão desse Plano Diretor. Mas, fico temeroso, também, em função do que foi, aqui, qualificado de uma forma muito precisa, tanto pelo Vainer quanto pela Raquel, de que, se a cidade é uma arena de luta, a discussão do Plano Diretor também será uma arena de luta

política aqui na Casa, onde os interesses conflitantes estarão presentes. Então, será fundamental, no meu entendimento? e, aí, vejo a importância da realização deste seminário?, será importante a participação da sociedade cível nesse processo. É um fato que, no jogo de pressão sobre investimentos e ações na cidade, aqueles que têm mais acesso aos instrumentos de poder levam vantagem. E isso vemos no dia-a-dia da Cidade do Rio de Janeiro. Acredito que, neste momento, a Comissão Especial instituída pela Câmara para dar parecer sobre esse projeto de lei de revisão do Plano Diretor, oxigena esse debate na medida em que traz a oportunidade de segmentos sociais aqui se fazerem presentes para trazer suas experiências e insatisfações. Quero dizer aos senhores e senhoras aqui presentes que será fundamental, e muito importante, não só a participação nesse seminário mas, principalmente, no momento da decisão, no momento de definirmos efetivamente que tipo de Plano Diretor a Cidade do Rio de Janeiro deverá ter por um período de mais de dez anos. Era o que eu tinha a dizer, e cumprimento, mais uma vez, a Comissão Especial que cuida da tramitação do Plano Diretor neste momento aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Obrigado, nobre Vereador Edson Santos. Para intervenção, Marco Leão, da Apedema, Rio de Janeiro.

O SR. MARCO LEÃO ? Gostaria de cumprimentar a todos, inclusive à Comissão, em cujo fruto do trabalho temos grande esperança. A esperança se manifesta na preocupação que a gente tem hoje sobre o que está acontecendo com a questão ambiental na Cidade do Rio de Janeiro, que se diz tão maravilhosa e que se apresenta de uma forma extremamente positiva, às vezes, e tão agressiva e violenta na realidade. Quando a gente pensa nos vários PEUs das várias fronteiras, como nas áreas das Vargens, como nas áreas de expansão da cidade, uma cidade que, praticamente, não tem área rural. Essa pequena área rural está se transformando em uma área em que a questão social invade a questão ambiental, como a gente vê na questão da creche do Santa Marta? a ocupação, pelo Estado, com uma proposta social, de um ambiente que foi protegido pela área ambiental. Então, a gente quer manifestar aqui nossa posição nessa luta, a gente está querendo preservar o meio ambiente, atenta à questão social, atenta à questão da violência, que, cada vez mais, se manifesta contra a população do Rio de Janeiro. É isso que a gente gostaria de fazer. E, também, cumprimentar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO)? Obrigado, Marco. Bom, para sua intervenção, Ruth Espínola de Mello, do Fórum Popular de Orçamento.

A SRA. RUTH ESPÍNOLA DE MELLO? Bom dia a todos presentes, vereadores, senhores expositores, Sr. Presidente. Sou economista e, atualmente, estou na coordenação do Fórum Popular de Orçamento do Rio. Estamos completando dez anos de existência este ano, e somos co-irmãos do Fórum Popular do Plano Diretor, que é tão abraçado aqui por alguns Vereadores progressistas. Somos os incansáveis, o gueto de que Wagner falou em alguns temas do Município do Rio: nós, no Orçamento, eles, na área urbana. Há um ano estamos trabalhando juntos, o Fórum Popular do Plano Diretor e o Fórum Popular de Orçamento, em pesquisa sobre os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. Eu queria trazer essa discussão para o Seminário e para a implementação do novo Plano Diretor no Rio, e queria saber a opinião dos expositores sobre a implementação dos Jogos Pan-Americanos, com a magnitude que têm, e como acolher os Jogos numa cidade como o Rio de Janeiro, especialmente na Zona Oeste, que é uma área muito castigada, com muitos problemas, polêmicos, habitacionais. Então, eu queria trazer para o debate que, na implementação do Plano Diretor, a gente não omita o acontecimento histórico que vai ser o Pan-Americano, em

2007 ? seus grandes investimentos, a magnitude das obras, que já estão sendo orçamentadas e executadas, necessariamente vão mudar a nossa cidade, e já estão mudando; e como isso pode, de alguma maneira, influir no Pan-Americano, e que a gente não omita esse fato, e não se perca nele. Quando a gente fala num Plano Diretor, é um Plano para dez anos, e, quando a gente fala num mecanismo de cidade-empresa, que são os moldes pelos quais vêm sendo geridas as cidades desde 1980, o Rio de Janeiro não se exclui disso. A cidade-empresa se torna cidade-turismo, cidade de serviços. E como é que fica a área social e ambiental de uma cidade como o Rio de Janeiro nesse cenário? Queria dizer que o Fórum Popular de Orçamento está totalmente feliz com a instauração desse processo participativo, assim como estivemos felizes quando da instauração da lei do Orçamento participativo na Cidade do Rio de Janeiro, o que, infelizmente, não está sendo levado a cabo, de autoria do nobre Vereador Eliomar Coelho. Mas estamos aí, na luta, com nossos incansáveis amigos do Plano Diretor, e chamando por Carlos Vainer e pelo Governo Federal para estar com a gente pesquisando, atuando, intervindo, pensando nesse cenário do Pan-Americano na cidade. Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado, Ruth Mello. Para a sua intervenção, Olga Amélia, da Federação das Mulheres.

A SRA. OLGA AMÉLIA ? Bom dia a todos e a todas. Eu queria, inicialmente, me dirigir ao diretor de Pesquisa e Planejamento Urbano, Carlos Vainer.. Eu prestei bastante atenção à tese da perversidade e, naturalmente, não gostei do exemplo, que entendi não ser seu. Dar, como exemplo, justamente a questão do salário mínimo é uma perversidade. Mas eu queria trazer o embate para o espaço da cidade. E pediria que o Vainer me explicasse o embate urbano que se realiza diariamente na cidade ? o embate entre o comércio informal e o comércio formal. E eu me refiro à crescente ocupação das calçadas e das ruas pelos comerciantes ? aqueles que alugam uma ou duas portas, que só pagam o aluguel e o IPTU referente àquele espaço e que, repentinamente, ocupam o espaço, a calçada do cidadão comum. Isto é muito comum aqui na Cinelândia. Já acontecia com o nosso querido Amarelinho, passou para o Verdinho, para o Vermelhinho, e todo o arco-íris vai ocupar as calçadas. Queria lembrar que aqui, na Treze de Maio, está acontecendo isso não só com os restaurantes, mas principalmente com os pequenos bares. É um embate que tem que ser planejado. Outro dia, quando eu passava correndo para o Fórum, minha pasta derrubou um prato de batatas ali naquela passagem que liga a Treze de Maio à Senador Dantas, que está toda ocupada por mesas e cadeiras. E não são só daquele restaurante muito bom, de comida deliciosa, árabe. Eles, agora, além de ocuparem a passagem da Treze de Maio, ocuparam também aquele beco, lá atrás, onde a gente passa, e que é o único caminho. Então, quando minha pasta derrubou o prato de batatas, o cidadão levantou muito zangado, e olhei para ele e disse: "Vai se queixar ao alcaide". Ele não me entendeu, e mandou que eu fosse para um lugar muito distante do espaço urbano. Então, queria eu que, dentro do planejamento, fosse explicado por que o comércio informal é perseguido pela polícia, por que os informais apanham, e os formais, quando a gente reclama, dizem em alto e bom som: "Temos permissão da Prefeitura". Com referência à Raquel, eu cheguei atrasada, no momento em que ela estava falando. Fiquei encantada com sua capacidade de oratória, com seu discurso; tudo o que ela falou é o que eu queria ouvir nesta manhã de sexta-feira. Mas quando ela terminou, eu me lembrei de um filme que me acompanha desde a adolescência, e que é muito importante para mim, agora, na "envelhescência": O Mágico de Oz.. Eu vou sair daqui me lembrando de você, e cantando: "Além do arco-íris existe, sim, um lugar onde o céu é sempre azul e a gente consegue os sonhos realizar." E, com referência ao que foi dito pelo Vereador Edson Santos, eu queria dizer que vai ser, sim, esse Plano Diretor

uma arena de luta política, mas vai ser, principalmente, uma arena onde a sociedade vai estar presente para enfrentar os planos da cidade. Então, toda luta política,tenho certeza, vai ser superada pela luta da sociedade em busca de uma cidade como aquela que a Raquel, a nossa querida Dorothy, de hoje,pretende. Quero dizer que é por isso que nós, do Fórum, estamos aqui, nós do Fórum Popular de Acompanhamento estamos e estaremos sempre aqui.Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado, Olga Amélia.Quero anunciar a presença do Vereador Jairinho.Com a palavra, a Sra. Letícia Hazan, representante do Gabinete do Vereador Rubens Andrade.

A SRA. LETÍCIA HAZAN ? A pergunta que vou fazer é minha, como técnica de Urbanismo; eu gostaria de perguntar ao professor Vainer e à arquiteta Raquel. Acho muito interessante esse caminho que está sendo dado ao Plano Diretor II: o primeiro é ótimo, mas é uma peça de ficção urbanística, e pouca coisa foi realmente implementada. Eu gostaria de saber como fazer um Plano Diretor participativo, porque trabalho com a maior parte da população, que é pobre. Eu trabalhei em urbanismo, trabalhei em favelas,trabalho num gabinete que, também, trabalha com pessoas pobres da Zona Oeste. Os contatos que temos com elas são questões de sobrevivência. O professor Vainer falou que praticamente reconhece essa platéia, e eu também reconheço, porque, onde se fala de Plano Diretor, eu vou atrás. Mas nós fazemos reuniões aqui muito interessantes; nos dias de semana eu posso vir,porque, além de ser aposentada da Prefeitura, tenho um cargo comissionado e ganho. Então, eu posso vir aqui a qualquer hora porque faz parte do meu trabalho. As pessoas que não têm nem dinheiro para se deslocar vêm à cidade procurar trabalho e, não encontrando, não têm como voltar para casa e vão ter que dormir na rua. Quando vão lá ao gabinete, a gente faz uma vaquinha para conseguir um passe para eles voltarem para casa. E, chegar a essa imensa população desvalida, realmente perdida, sem ninguém empregado na família, e começar a falar em Plano Diretor... Eu gostaria, mas gostaria que alguém soubesse dar um caminho para essa campanha: eu não sei como fazer isso.Há também o problema do Poder Executivo, da independência dos Poderes. O Prefeito não quer implantar o Plano Diretor, e ficam os nossos colegas de Urbanismo trabalhando e nada acontece. Então, tem esse problema, também? geralmente, os prefeitos da cidade não gostam de Plano Diretor, tanto é que o Sistema Municipal de Planejamento, previsto no Plano Diretor, que era a nossa esperança de ter um trabalho contínuo de planejamento na cidade, não existe. É uma cidade onde não existe planejamento, onde cada órgão faz o que quer.Então, eu gostaria de saber como vamos resolver esses problemas, porque,de outra maneira, será mais uma peça de ficção.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Letícia.Bem, para sua intervenção, o companheiro Fladmir, do Movimento União Popular.

O SR. FLADMIR - Boa tarde.Primeiramente, eu queria agradecer a ilustre presença da Sra. Raquel.Fiquei deslumbrado com o que ela disse, não pela beleza das palavras, mas pela coerência das suas opiniões, que têm tudo a ver com a realidade que vivemos, especificamente na área de Vargem Grande, devido à implantação do PEU e aos problemas que estamos passando por lá.A revisão do Plano Diretor, hoje, nos dá a possibilidade de discutir de uma forma muito transparente, pelo que eu estou vendo aqui, até chegarmos ao PEU Vargens, que já está colocado para discussão em 2a votação nesta Casa.Eu queria, inclusive, depois, que a senhora, com sua capacidade técnica,dissesse como a senhora vê a discussão de um PEU em um momento em que estamos discutindo um Plano Diretor, também.Então, vemos que não existe a

possibilidade de se discutir um PEU, pelo menos esse PEU específico, não querendo dar um valor maior à nossa região,mas o Pan-americano não é em Nova Iguaçu, nem em Olaria, nem Madureira: é em Vargem Grande, Vargem Pequena, Barra da Tijuca e Recreio. Hoje, não existe área mais valorizada no Rio de Janeiro do que a nossa, mas não a nossa especificamente, porque atualmente o Executivo promove um verdadeiro"apartheid" social. A Prefeitura insiste em desconhecer totalmente as 28Comunidades carentes daquela área, que, inclusive, constam da Mensagem que ela enviou a esta Casa. Talvez, a Dra. Célia Ravera tenha participado dessa luta, uma vez que ela conhece bem as comunidades, assim como o Vereador Eliomar Coelho, o Vereador Edson Santos e outros Vereadores que neste mandato se engajaram também e entenderam o verdadeiro problema que existe naquela área. É um problema político que está superando o problema social.Existem verdadeiros consórcios discutindo o destino das pessoas e esquecendo totalmente as pessoas que já moram naquela área há 50 anos,pessoas que representam a parte agrícola daquela área e que foram expulsas através da chamada "expulsão branca". As pessoas foram empurradas para abeira de rios, único lugar sobre o qual o Poder Público ainda não tinha o direito - e, hoje, ele acha que até o rio é dele, tudo.Então, deixo aqui o meu protesto em função do verdadeiro "apartheid"social, e eu queria, inclusive, denunciar que esse "apartheid" continua.Numa comunidade chamada Vila Recreio II, houve uma intervenção da Subprefeitura da Barra e, inclusive, existe uma ação judicial da Funcef,que representa o Parque Aquático Wet & Wild, em Vargem Grande: há uma ação judicial de reintegração de posse desse Parque Aquático com essas famílias que lá estão, e a Subprefeitura, de uma forma violenta, chegou, quebrou e retirou as casas. E não saiu uma matéria, como o senhor falou. Nessa hora a imprensa não divulga nada.Queria deixar isso registrado porque estamos indignados com determinadas ações da Prefeitura, não com a parte técnica da Prefeitura, queria até defendê-la, pois os técnicos têm nos dado apoio, subsídios. Só que esbarramos na parte política. A parte política da Prefeitura, não sei se é escolhida a dedo, mas todos pensam como o Cesar Maia. Queria fazer parte para ser um revolucionário lá dentro, mas acho que vai demorar ainda. Não sei como funciona, mas vou tentar entender.Convido aquela senhora, que fez uma colocação muito interessante, a Dra.Olga. Quando a mandarem para um lugar bem distante, vá para Vargem Grande.Estamos precisando de pessoas como a senhora lá. Pessoas que lutam, que estão dispostas a lutar. Esse é o interesse do nosso movimento.Deixo-lhe uma pergunta: Como a senhora vê a votação de um PEU, quando estamos discutindo o destino de um Plano Diretor, que na verdade vai reger tudo isso? Deixo esta pergunta no ar.Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Fladmir.Para sua intervenção, o Sr. Hélio Barros, do Conselho de Moradores Loteamento.

O SR. HÉLIO BARROS - Boa tarde a todos. A minha intervenção será para a Professora Célia Ravera mas, antes, queria responder à assessora do gabinete do Vereador Rubens Andrade: populações mais pobres estão representadas por suas lideranças neste momento. Apesar de termos dificuldades na Zona Oeste e em Vargem Grande, como em qualquer outro lugar, temos representantes com capacidade para discutir o Plano Diretor e outras políticas públicas que envolvam moradia e a sensibilidade das suas comunidades.Minha intervenção para a Professora Célia Ravera é quanto ao que ela expôs sobre a ação de usucapião, no Art. nº 10 da Lei 10.257. Acreditamos que a ação coletiva é perversa porque de 1.600 comunidades que representamos,todos compraram, não ocuparam. Nas ocupações e nos assentamentos, quando setenta ingressar com uma ação coletiva de usucapião, cria-se um condomínio especial nefasto. Passamos a ser detentores de uma fração, e não podemos disponibilizar essa propriedade por impedimento legal, porque temos que

convocar uma convenção para discutir se podemos vender ou não aquela propriedade. Gostaria que a nobre Professora me dissesse se o Iterj impetrou ações? Soube que só o Dr. Marco Aurélio entrou com uma ação, que até hoje não está clara se foi coletiva ou individual, se houve litisconsórcio na ação. Gostaria de dizer que estamos discutindo isso no Judiciário, já provocamos essa discussão dentro do Ministério das Cidades. Não há como entrarmos com essas ações se não houver um fórum privilegiado para recebê-las. A Professora Raquel, no último encontro que tivemos, nos comunicou que o Ministério das Cidades está provocando essa discussão no âmbito do Tribunal de Justiça para a criação de uma Vara específica. Estamos lutando há 20 anos por essa vara específica. Somos precursores das áreas de especial interesse social, através do Decreto Lei 2120, o primeiro decreto a instituir uma área de especial interesse social, no âmbito da federação. E foi criado, no Município do Rio de Janeiro, o Núcleo de Regularização Fundiária, que antigamente funcionava na PGE, com a participação de todas as comunidades. Deflagramos, esta semana, 1.200 ações de usucapião individual. Queria lembrar também, doutora, que após derrubarmos os dogmas da pseudo-arquitetura e criarmos uma arquitetura social, nós conseguimos fazer os levantamentos das casas com o próprio, o pobre pagando um valor social e que no montante é atrativo para o profissional que está fazendo, executando esse trabalho. E com essa medida, com a intervenção do Crea e com a própria Prefeitura, que criou uma coordenadoria para regularizar as edificações dessas comunidades, nós estamos conseguindo alcançar o nosso objetivo, que é a regularização fundiária das propriedades. Então, gostaríamos que houvesse uma maior integração entre o Iterj e as comunidades. Nós sabemos que há um convênio entre o Iterj e o Ministério das Cidades. Até hoje nós não conseguimos acesso a esse convênio, porque nós temos comunidades que estão assentadas em próprios federais. Queremos saber o que está acontecendo; por que é que se usa o Decreto 271 mantendo a propriedade, a legitimidade da propriedade ao Governo, ao Executivo? Nós queremos discutir e temos capacidade para fazê-lo. Não só aqui nesse fórum, mas lá na Zona Oeste ou na Zona Norte, nas APs ou em qualquer local dentro deste Município ou no Estado da Federação. Queremos discutir aquilo que toca, conforme o Professor Vainer falou, as políticas têm que acontecer de baixo para cima e não de cima para baixo, para nos impensar. Nós temos fóruns privilegiados para discutir políticas. A cidade, ela não é partida, porque lá na Zona Oeste ela é organizada, e na Zona Norte também. As comunidades têm os seus acessos privilegiados. Nós discutimos as implantações de equipamentos públicos. Temos áreas de preservação dentro dessas propriedades, e nós somos gerentes dessas áreas. São propostas do movimento popular. Então nós queremos discutir a cidade com um todo. Queremos que o Plano Diretor tenha instrumento que flexibilize essas ações, e que possibilite o maior acesso à terra, e que se cumpra a função social dela nos grandes vazios da Avenida Brasil, com propostas partindo desta Casa aqui com a integração do movimento popular. Era só isso que eu queria falar. Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado. Para sua intervenção, Maria Luiza, Assistente Social da Uerj.

A SRA. MARIA LUIZA TAMBELINE - Meu nome é Maria Luiza Tambeline. Eu sou professora da Faculdade de Serviço Social da Uerj e também faço parte do fórum do Plano Diretor, coirmão do Fórum Popular de Orçamento. Eu queria só lembrar, bem pragmático eu estou querendo falar, temos um prazo até outubro de 2006 para fazer todo o projeto participativo do Plano Diretor. Nós estamos perdendo tempo desde 2001, quando isso chegou à Câmara de Vereadores, e eu quero que me entendam que perdemos tempo, porque agora temos que correr. Nós podíamos ter feito isso calmamente, com participação, inclusive a sua questão ficaria um pouco mais

amenizada, porque nós teríamos tido tempo para fazer o planejamento. Então, nós já estamos fazendo essa proposta de Plano Diretor participativo, discutida nesse formato que nós temos hoje, com um tempo muito pequeno. Essa é uma das minhas grandes preocupações. A outra, é que já nasceu um pouco desta Mesa e que vamos discutir no final, mas que eu gostaria de adiantar que, é a interpretação de participação que nós temos. Foi dito que há um grupo de trabalho na Secretaria de Urbanismo. Eu gostaria que a Secretaria de Urbanismo começasse a nos convidar para participar dessas reuniões. Essas reuniões não podem ser da Secretaria. Elas têm que ser nossas.(PALMAS)A luta pela abertura do Plano Diretor não foi a Secretaria de Urbanismo que fez, fomos nós. Então, nesse momento nós temos que chegar aqui e reivindicar o nosso processo de participação desde sua concepção, porque agora é que ele está sendo concebido. Eu gostaria muito de saber como é que nós vamos construir os anexos para esse Plano Diretor que não existem.Inclusive, nosso Vereador Guaraná, na primeira reunião, já fez menção sobre a necessidade da construção desses anexos do Plano Diretor. A segunda coisa que eu queria dizer é que como nós estamos falando muito de informalidade,eu gostaria de saber por que a Secretaria Municipal de Assistência não faz parte do grupo de trabalho que vai falar sobre o Plano Diretor?A Secretaria de Assistência, se não me engano, tem um vasto trabalho na área social, e pode discutir a questão social desta cidade.Então, eu gostaria que, se fosse possível, houvesse o acréscimo da Secretaria Municipal de Assistência Social nessa discussão sobre o Plano Diretor. Talvez ele tivesse esse sentido mais humano que estamos procurando.Em cima do que a Letícia falou, eu acho que já podemos pensar em descentralizar um pouco e começar a fazer ações pela Cidade do Rio de Janeiro, para começar a resolver essa questão da participação.Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado pela sua intervenção.Com a palavra, Marcos Azevedo.

O SR. MARCOS AZEVEDO ? Bom dia a todos.Vou ser breve. Vou pegar um pouco em cima do que a Maria Luiza destacou aqui.Primeiro, eu acho que temos que destacar esse evento, essa iniciativa da Comissão Especial responsável pela elaboração do Plano Diretor. Eu já participei de várias audiências públicas, tratando de vários temas ligados à questão urbanística, em projetos de leis variados. Mas temos a impressão de que esse Seminário pode representar o início de um processo novo, que pode estar sendo construído a partir dessa iniciativa. Eu acho que isso tem que ser destacado e que todo mundo pôde apreciar a qualidade das intervenções dos nossos palestrantes aqui, hoje.Eu também queria aproveitar ? eu não me identifiquei no início. Eu sou do Sindicato dos Arquitetos e faço parte do Fórum do Plano Diretor do Rio de Janeiro ? para destacar o papel que o Fórum do Plano Diretor, que existe há oito anos, também tem nesse processo. É um trabalho persistente que vimos fazendo, de discussão na cidade. Inclusive, agora, contribuindo com o trabalho da Comissão Especial e que pretendemos continuar fazendo ao longo desse processo que estamos construindo aqui . Eu acho que isso tem que ser destacado.Agora, eu queria tocar em um ponto que me pareceu ser consensual nas falas, inclusive do Vereador Guaraná, no início, do Vereador Eliomar Coelho, da Vereadora Aspásia Camargo e dos palestrantes, de que nós não estamos aqui... quer dizer, eu acho que a visão do Plano Diretor como um processo formal de um documento que pode ser engavetado, eu acho, nós estamos tentando construir uma coisa muito diferente disso que é um processo de reflexão profunda sobre a cidade e que o resultado desse processo não seja só um documento, mas que pressuponha a sua implementação,e que tenha como resultado final uma mudança, uma melhoria na nossa cidade.Dentro disso, temos uma questão para tratar, eu acho que a Comissão Especial já está consciente disso, como nós também, sobre a importância da participação do Poder Executivo. Nós não vamos fazer a revisão do

Plano Diretor e não vamos também implementar... quer dizer, se nós estamos falando que o Plano Diretor não é um processo formal, que ele precisa de uma implementação, que com certeza vai ser acompanhada por nós ? que vamos criar mecanismos de participação para fazer esse acompanhamento -, com toda a certeza, não podemos, não só pela questão técnica dos trabalhos, que têm que ser desenvolvidas e que dependem dessa atuação da Prefeitura, mas até da própria implementação do Plano desse processo que nós estamos discutindo aqui. Então, essa participação é imprescindível. Eu acho que, não só temos que ampliar essa participação no Seminário, mas temos que dar uma repercussão a esse debate, conforme o Dr. Carlos Vainer colocou, com relação à questão da imprensa; fazer realmente um debate público sobre a nossa cidade, mas eu acho também que precisamos ter uma integração mais forte do Poder Executivo nesse processo. Eu vou fazer uma interpretação, aqui sobre a informação que foi dada do grupo executivo formado pela Prefeitura, eu vou dar uma interpretação um pouco diferente da que a Maria Luiza deu. Eu entendo assim: primeiro acho positivo! É sinal que o Poder Executivo está entendendo que tem um processo em curso, que ele tem um papel e tem que se integrar a esse processo. Mas também, e aí acho que é uma questão que tem que ser colocada aqui, que esse Seminário que tem como data final o dia 20 de maio, a sua proposta é de constituirmos um processo de revisão do Plano Diretor que está sendo puxado pela Comissão Especial, e que vai contar com a nossa participação, com a participação do Poder Executivo, pois esse é um processo compartilhado. Acho que não dá para imaginarmos, agora, que vamos ter aqui um trabalho da Comissão Especial, e temos um processo que nós, da sociedade, vamos discutir em algum outro lugar. O Poder Executivo estará em gabinete fazendo trabalho. Se essa for a perspectiva, na verdade, nós vamos enterrar a possibilidade que está se abrindo nesse processo. Eu acho que isso tem que ser um alerta para nós, e especialmente para os companheiros da Comissão Especial que já têm essa consciência, mas que têm que entender o seu papel na construção desse processo que não sabemos qual o tempo que irá durar: seis meses, oito meses ou um ano, com todos os estudos, e com todas as discussões que forem necessárias para termos um Plano Diretor do feito que a cidade precisa. Era só fazer essa observação. Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado, Marcos Azevedo. Antes de retornar a palavra para a Mesa, eu gostaria de dizer o seguinte: da mesma maneira que nós entendemos a importância da participação da sociedade no processo de discussão para a revisão do Plano Diretor, é de unanimidade na Comissão a mesma importância e relevância da participação do Executivo. Inclusive, temos num folder, que infelizmente não deu para ficar pronto, mas foram rodados, alguns exemplares para serem distribuídos, da Secretaria de Urbanismo. É uma decisão nossa, lá na Comissão, que em todas as Mesas deverá haver a participação do Executivo. Gestões devem ser feitas nesse sentido. Pelo menos temos uma Secretaria e uma Comissão responsáveis por mandar um convite; essa foi uma decisão. Quero aproveitar, também, para dizer que esse Seminário, a próxima atividade dele vai ser no dia 20, ou seja, quarta-feira que vem. Estou avisando para convidar todos os presentes e quero que, inclusive, vocês reproduzam esse convite. O painel terá como temática, "Os limites e as possibilidades do Plano Diretor". Como convidados, para exposições a Professora Claudia Dutra, da Fundação Getúlio Vargas; a Dra. Betania de Moraes, do Conselho do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico; Dr. Ricardo César Pereira Lira, Procurador do Estado do Rio de Janeiro e professor da UERJ, que já foi inclusive, diretor do curso do Mestrado de Direito da cidade. Gostaria de saber se algum dos Vereadores da Mesa deseja fazer comentários. Então, vamos passar para os expositores.

A SRA. RAQUEL ROLNIK ? Me senti muito contemplada pelas falas que ouvi hoje, tanto da Mesa, do Dr. Carlos Vainer, da Célia, como dos demais participantes. Sinto que estamos vivendo um momento raro e importante de convergência, de qual é a estratégia que nós vamos ter que adotar, de qual é o desafio. Eu fico muito contente. As palavras e todas as preocupações que foram aqui colocadas, acho que somam a esse desafio de como vamos enfrentar isso, como também já aparecem alguns temas essenciais para esse desafio, muitos colocados hoje, aqui. Eu queria responder a algumas questões que foram levantadas. A primeira questão, que ao longo das falas já foi caminhando, me parece extremamente positivo que a Prefeitura tenha feito, tenha soltado hoje um decreto constituindo um grupo intersecretarial para tratar do Plano Diretor, sob a coordenação da Secretaria de Urbanismo. Isso é um sinal claro do Poder Executivo de que está-se estruturando internamente para estar presente nesse processo de forma qualificada. Isso é muito bom e muito importante. E acho que um pouco das experiências que estão acontecendo de discussão de Plano Diretor em outras cidades semelhantes, como revisão ou um novo Plano, um pouco do que está-se configurando é a idéia de um núcleo ou uma comissão ou um comitê de elaboração do Plano, composto tanto pelo Legislativo como pelo Executivo Municipal e pela sociedade civil. Nesse sentido me parece que o Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor tem um papel fundamental, pela história, pela trajetória na sua constituição, mas isso só acontece se cada uma das partes presentes também se organizar. Então, a Câmara, que fez a Comissão Especial do Plano, se organizou para isso. A Prefeitura, que está montando a Comissão do Plano está se organizando. Então, a sociedade civil também tem que se organizar para isso. É isso que vai ser determinante. O desafio da sociedade civil aqui no Rio de Janeiro é conseguir conversar, falar e se estruturar também num processo que não seja autofágico, num processo que não seja de disputa para essa história dar certo. Acho que é esse o desafio que está colocado. E mais. Também me surgiu a idéia, ao longo do debate, de que, embora o Governo do Estado do Rio de Janeiro não tenha convocado a Conferência Estadual das Cidades e foram as entidades da sociedade civil que fizeram a convocação, para que a Conferência Estadual das Cidades possa ocorrer, a Prefeitura já declarou que vai convocar a Conferência Municipal, sim, no âmbito das conferências municipal, estadual e a nacional. A Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro é um espaço fantástico para se promover um pedaço, uma parte da estratégia de discussão do Plano Diretor. É o momento em que esse tema pode trabalhar, eu acho que uma idéia muito importante seria usar esse esforço de estruturar uma conferência municipal, bastante plural, para que isso seja aproveitado nesse movimento de discussão da revisão do Plano Diretor do Rio. A segunda questão que me parece essencial ? todos que falaram da questão mais regional ou sub-regional -, é impossível fazer uma discussão de política urbana no Rio de Janeiro, dadas as dimensões da cidade, a heterogeneidade, a diversidade, se não for simultaneamente descentralizada territorialmente. É muito importante que esse processo garanta uma estratégia territorializada, e que aí? dialogando um pouco com o companheiro do movimento União Popular? Possa dialogar com os processos concretos que estão acontecendo nas regiões. Então, se, na Zona Oeste, na Vargem Grande está acontecendo a discussão de um PEU, e, ao mesmo tempo, o PAN e as obras do PAN trabalham muito intensamente, atingem, têm um impacto absolutamente forte sobre essa região, e essa discussão é fundamental, porque essas obras do PAN podem ser um instrumento importante de uma estratégia geral da cidade e de uma estratégia para a Zona Oeste, resolvendo questões históricas da Zona Oeste. Eu estou me lembrando de um debate em que eu vim aqui no Rio de Janeiro, sobre as favelas, em que os representantes das entidades de moradores da Cidade de Deus denunciavam que as obras do PAN estão acontecendo do lado da Cidade de Deus e não tem nenhuma proposta na relação das obras do PAN em Cidade de Deus que minimamente responda as demandas que estão colocadas lá. Então, eu acho que se a gente souber trabalhar bem a discussão no nível regional, a gente vai colocar na pauta, não só uma estratégia geral de cidade, que é o objeto do Plano, mas as questões que

estão acontecendo neste momento na Zona Oeste, PAN, PEU, enfim, tudo o mais, é essa que vai ser a sabedoria, conseguir articular esses processos num espaço e não criar mais um processo paralelo. Eu acho que isso é que é um esforço difícil, mas eu tenho certeza de que com o engajamento da Câmara Municipal e da Prefeitura, do Executivo Municipal, isso é perfeitamente possível no prazo que temos. Essa é outra coisa, para mim é o maior paradoxo entender essa cidade. Essa Prefeitura do Rio de Janeiro, o setor de habitação, o setor de urbanismo da Prefeitura é uma das melhores, senão a melhor equipe técnica nessa área que existe no Brasil, agora eu estou andando bastante pelo Brasil e a gente vê como é extremamente qualificada, tanto do ponto de vista de entender a coisa, como de capacidade de ação, de elaboração. Agente tem aqui os maiores centros de pesquisa e de pensamento e de avaliação na área de políticas públicas, na área de desenvolvimento urbano estão aqui também no Rio de Janeiro. A gente tem história de luta, a luta de regularização fundiária no Brasil, urbana, começou no Rio de Janeiro como foi lembrado aqui pelos companheiros que entrevistamos, quer dizer, agente tem história. Então, como é possível que exatamente nesse lugar agente não consiga dar esse passo fundamental se a gente tem condição técnica total, condição histórica de estrutura e de organização. Então, agente tem que entender, quando todos que fizeram intervenção reclamaram da postura do Executivo. Sim, o Executivo, a Prefeitura tem levado adiante uma política urbanística nos últimos anos no Rio de Janeiro, que se chamou urbanismo de resultados, medidas, projetos urbanos concretos, abandonando a idéia de uma pauta de planejamento global da cidade, é verdade que isso aconteceu. Mas também é verdade que isso num limite concreto a possibilidade, a aposta que foi feita de que os projetos concretos, intervenções concretas, a tal da acupuntura urbana seria capaz de reverter a cidade, de dar a volta por cima na cidade e através disso vir a mudar? Ora, passaram-se dez anos de prática e deu para perceber que não foi capaz de fazer isso não. Quer dizer, a estratégia proposta não mostrou o seu trabalho, o resultado esperado de que através de intervenção concreta agente muda. Está falando claramente que um novo marco regulatório global que se associa a esse projeto que podem ser muito legais. Portanto, numa estratégia global de cidade, eu estou sentindo isso concretamente no trabalho que nós estamos acompanhando e tentando ser parceiro do Município do Rio de Janeiro, que é a área de reabilitação do Centro da Cidade. O Governo Federal está fazendo um esforço enorme para se organizar como Governo Federal, para discutir de forma articulada e organizada com a Prefeitura do Rio de Janeiro, para fazer com que o Centro, área portuária, os bairros centrais, que sem dúvida isso vai ser ampliado para a região da Av. Brasil, que possa ser repovoado com moradias com comércio, com serviços, como alternativa fundamental para a expansão da irregularidade, da informalidade e da precariedade. Nós queremos fazer isso, agora falta, efetivamente para que possamos alavancar um trabalho conjunto, um marco regulatório mais sólido ali, que garanta que o valor do sólido não vai incorporar todas essas intervenções que foram feitas e excluir de novo, fazendo com que essas áreas sejam realmente destinadas para interesse social, misturando com habitação de classe média, porque a mistura é fundamental nesta cidade, é isso o que tem que acontecer: tem que acabar com os guetos. Como diz o Sr. Vainer, mercado não faz isso, não faz. O que o mercado tem que fazer? A função dele: tentar se apropriar da valorização, tentar vender, tentar comprar. Isso é que o mercado faz. Regulação quem faz é a dimensão pública. A última coisa: é triste a gente ouvir companheiros falarem da cidade e chamarem o Poder Público de "eles", não é? É triste, quer dizer, como se a dimensão pública fosse propriedade privada do governo, e é isso que todo mundo aqui está tentando mudar. Há uma esfera pública que tem que ser construída. O governo, a administração é uma das dimensões.. Estado não é igual à administração municipal. Estado é uma coisa muito mais ampla do que isso; envolve a sociedade civil. Então, eu acho que essa é a grande questão: conseguir construir essa dimensão pública que estabelece uma estratégia de regulação, que limita a ação do mercado e também dos governos, porque também tem que ter uma postura de Estado. Esse é o grande

desafio: limita, mas também dá os instrumentos novos para que essa ação possa se multiplicar, se viabilizar. Não é só um corte; é também instrumentos novos para poder agir e ampliar essa ação. Eu espero que a campanha dos planos diretores nacional possa - e acredito que possa - ajudar uma mobilização aqui na Cidade, na medida em que nós vamos tentar furar o bloqueio da imprensa para tentar pautar isso no espaço da imprensa: a discussão do Plano Diretor em nível nacional. Quem sabe isso vai ajudar a criar um espaço na imprensa para fazer a discussão do Plano Diretor no nível do Rio de Janeiro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Secretária Raquel. Para as considerações finais, Dra. Célia Ravera.

A SRA. CÉLIA RAVERA - Bom, eu vou, em princípio, responder ao encaminhamento do Hélio. Acho que os loteamentos irregulares estão com suas parcelas muito bem definidas, com suas vias definidas, e definidas quando os loteamentos clandestinos não estiveram muito bem. Em princípio, não seriam objeto de usucapião. O caminho do usucapião não é o caminho mais recomendável; entretanto, aquelas comunidades, onde a ocupação do espaço urbano é extremamente intrincado, e nós entramos numa comunidade, numa favela da Av. Brasil, Nova Esperança, com centenas e centenas de famílias. E a condição para ela obter recursos de infra-estrutura do BIS era precisamente a titulação, titulação unicamente viável pelo usucapião coletivo. Mas eu não falo isso para colocar o usucapião coletivo como um instrumento subsidiário, eu ratifico: o usucapião coletivo é um instrumento jurídico absolutamente coerente com a função social da propriedade porque o procedimento jurídico pelo qual a comunidade só tem o título, pelo qual ele já tem o direito através da posse. É diferente o problema do loteamento e aquisição de lotes, que eu acho que tem que vir outro caminho de regularização. Quando o companheiro fala e é outra discussão, e o companheiro fala entrou só com o usucapião coletivo, o Instituto de Terra, e nós nos livramos porque foi produto de uma longa discussão, de um embate, como se diz aqui, um embate jurídico, inclusive, dentro da própria Defensoria tem gente contra, mas não encontra para operacionalizar ou não operacionalizar, tem contra de ponto de vista da outorga de título às famílias que estão ocupando a terra. O Luiz Cláudio sabe disso, não sei se ele quer agregar alguma coisa. Agora, o problema do convênio do Ministério da Cidade sem o Instituto de Terra, eu, infelizmente, o Hélio tem toda razão, que estive milhões de vezes em reuniões, Senado, onde for, não entrei em nenhum convênio. Agora, eu quero deixar esclarecido, não como uma desculpa, que o núcleo de regularização de loteamentos não tem uma relação orgânica com o Instituto e Terras. Realmente, o Instituto de Terras não participa na regularização de loteamentos. Então, aquelas comunidades, inclusive no interior do Estado, o Instituto de Terras desenvolveu uma aproximação com essas comunidades e essas prefeituras em função do convênio com o Ministério das Cidades, mais ainda, esse convênio foi altamente benéfico para as comunidades, porque nós atuamos, eu diria, de maneira protagônica, em conflitos provocados pelo Exército, em conflitos provocados como o Jardim Botânico e tivemos a parceria do patrimônio imobiliário da União, na figura da Paula. Através dessa parceria conseguimos sucesso no Exército de as famílias ficarem no lugar e, mais ainda, agora, vão se regularizar fundiariamente. Então, eu acho que essa não divulgação do convênio, realmente, isso muitos e critica, mas nós temos manifestações concretas do sucesso e da divulgação, inclusive com reuniões com muitas prefeituras, com a presença física do Ministério das Cidades, o ITER, prefeituras que encaminharam termos de referência para as contratações de recursos com o Ministério das Cidades. Acho que essas parcerias são fundamentais, inclusive superando diferenças políticas. Acho que essas parcerias de instituições que têm como função a nossa regularização fundiária, e que a gente espera supera ratividade do Instituto de Terras no interior do Estado, por isso estamos com uma ampla política através do convênio, da criação de núcleos de regularização fundiária que vão se criando e gestando, simultaneamente, à

elaboração do Plano Diretor. Eu me despeço de toda a platéia. O companheiro aqui colocou-me o posicionamento em relação ao PEU. Eu concordo totalmente com o posicionamento da Dra. Raquel Rolnik. Acho, sim, que o PEU tem um grave problema que o Eliomar Coelho está batalhando e que o Instituto de Terras está batalhando há muito tempo e que isso se manifesta como uma carência de uma significação social muito grave, porque toda a área do PEU Vargem, tem comunidades carentes, inclusive em áreas, ambientalmente, inadequadas, etc. O desconhecimento do PEU de circunscrever área de especial interesse social para regularizar essas comunidades, agente se pergunta, obviamente, se acompanhado isso com ações determinadas pelo Ministério Público porque fala de fragilidade ambiental, a gente demonstra que não tem, em alguns casos, e aí depois falam de áreas de risco e a gente, através do núcleo da Defensoria Pública, demonstra que não tem, aí voltam com a fragilidade ambiental. Existem, na verdade, comunidades em áreas de fragilidade ambiental, mas, também, existe uma intencionalidade clara de expulsão de área de alto valor especulativo. Então, toda a batalhado Instituto de Terras e Vereadores comprometidos é preservar essas comunidades de maneira integrada, não de maneira populista, deixando-as, precisamente, na carência para a politicagem poder, através deles conseguir votos. Estamos batalhando por nosso espaço de regularização fundiária, permanentemente participando dessa discussão, que deve se incorporar a cidade, porque se trata de comunidades que historicamente pertencem ao local, como disse o companheiro. Isso torna o processo ainda mais perverso. Essa intencionalidade funciona, a maioria dela, dentro da área rural local. Então, esta é a minha opinião. Vamos continuar a batalha em parceria com a comunidade pela não-expulsão, porque há muitas ações judiciais contra eles, tanto da Prefeitura, quanto de alguns proprietários, que agora acordam para remover essas comunidades. Tentamos defendê-las através de usucapião, de uma defesa jurídica preciosa. É este o nosso compromisso, e é esta a minha opinião.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Muito obrigado, Dr^a. Célia Ravera. Para as considerações finais, o Dr. Carlos Vainer. O SR. CARLOS VAINER ? Vou falar muito rapidamente, primeiro, sobre a questão do embate urbano, a que a senhora Olga fez referência. Ela fez referência a um embate estupendo. Eu já estava aqui fechando os olhos, vendo a Olga passando rápido por ali, derrubando prato, o caralavantando, ou seja, uma crônica da cidade estupenda. Quanto a esse embate simbólico, onde o espaço público e o espaço privado estão em choque, podemos transferi-lo para o transporte público e o transporte privado, para o uso de recursos públicos por interesses privados. A questão do público e do privado na cidade talvez seja a questão central. Historicamente, a cidade é o local onde coexistem, de maneira muito densa, dezenas, centenas, milhões de pessoas. Portanto, a delimitação, ou seja, toda a "cidade civil", onde a civilidade está colocada, está fundada em algum tipo de pacto sobre a relação entre o público e o privado. Esse pacto tem de ser construído pela presença de todos os atores, etc. e tal. Quando esse pacto não está construído, você tem a guerra do dia-a-dia, essa guerra a que a gente assiste na nossa cidade, inclusive porque parece que o Poder Público, ao invés de se comportar como defensor do espaço público e do interesse público, cada vez mais se coloca, na verdade, como instrumento de interesses privados. O embate da construção de um pacto entre o público e o privado fica comprometido, então, quando setores do poder público, ao invés de defenderem o espaço público e os interesses públicos, colocam-se do outro lado. Contudo, esse embate tem de ser travado. Sou daqueles, como a Olga, que o travam no cotidiano. Meus filhos morrem de vergonha quando travo esses embates. Quando vou estacionar o meu carro numa via pública, o vigilante me pergunta: "Aonde o senhor vai?" Eu lhe digo: "Não lhe interessa, não interessa aonde eu vou. Isso é problema meu. Isto aqui é uma via pública, e você não tem poder de polícia sobre ela; portanto, não vai me perguntar aonde eu vou." Uma vez fui chamar um policial, e se

instaurou uma curiosa aliança de classes: entre o vigilante privado da rua e o policial. Por acaso, os dois eram negros, eu era branco; provavelmente, nenhum era doutor. De repente, vi que ia levar, com o perdão da má palavra, uma surra dos dois, aliados contra mim. Entendo quais são as origens e as razões dessa aliança de classes, mas, ali, no caso, eu tinha razão, pois estava falando em nome do espaço público e não do meu interesse de classe. Enfim, o Plano Diretor é uma das formas desse pacto. Quero ligar isso e dizer que esse embate cotidiano tem de ser trazido e tirado de uma guerra de todos contra todos, que é justamente a selva urbana, onde não há pacto definindo o espaço público e o privado. Voltando à questão da participação, sei que vivemos numa sociedade de massa; logo, temos de ter instrumentos de massa. Da mesma forma, temos de reconhecer que, apesar dos esforços de todos os que estão aqui, da relativa fragilidade das organizações associativas, comunitárias, populares da sociedade civil, devemos um trabalho de massa. Uma sugestão que eu teria para a Comissão seria esta: temos de produzir um material didático de divulgação para que cada morador entenda que o seu embate cotidiano tem a ver com o projeto do Plano Diretor. Temos de botar na novela da Globo o pessoal das favelas ou dos bairros da Zona Norte. Agora viraram moda os bairros da Zona Norte. Já foi o Andaraí, e agora é Vila Isabel. Então, vamos botar aquele pessoal reunido na Região Administrativa para discutir o Plano Diretor, falando da importância do Plano Diretor. Vamos chamar os nossos... E vamos produzir material de divulgação. Não sei quais são os recursos à disposição da Comissão Especial, mas ela pode reivindicá-los à direção da Casa. Ou seja, a participação popular exige recursos públicos e de cada militante, de cada morador que investe seus próprios recursos. São necessários recursos públicos de apoio. Vamos botar "outdoors" na cidade falando do processo democrático. Ou seja, vamos fazer disso um processo da cidade como um todo. Sei que é difícil, que os recursos são poucos, mas, pelo que entendi, começa a se instaurar aqui uma aliança política entre alguns segmentos da sociedade civil organizada e a Comissão Especial, através da qual esta Casa lutará para que esses recursos existam, para que esse esforço de mobilização seja feito. Acho que tão pobres quanto as comunidades carentes são as universidades públicas deste país, mas colocaremos nossas poucas forças e recursos neste esforço coletivo também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) ? Obrigado, Dr. Carlos Vainer. Em nome da Comissão, queremos agradecer aos participantes por nos terem dado a oportunidade de ouvir brilhantes exposições, assim como agradecer a presença de todos, convidando-os mais uma vez para quarta-feira, em continuidade às nossas atividades de revisão do Plano Diretor. Está encerrado o Seminário. (Encerra-se o Seminário às treze horas)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Wellington Eduardo de Oliveira, Cid Ferreira de Souza (CMRJ, gab. ?503), Cassio Rogério Ramos, Daniela Santos Barreto (IBGE), Jorge Saraiva da Rocha (Gab. do Dep. Fed. Chico Alencar), Regina Chiaradia (FAM-Rio/ANAB), Ana Maria Machado de Figueiredo (Assessora da Diretoria de Planejamento da CBTU ? Cia Bras. de Trens Urbanos), Elias Pereira de Lucena (Assessor/Plano Estratégico da CID.RJ.) José H. Bertarelli (Arquiteto/Fórum Plano Diretor), Josinete Maria Pinto (CEDAC ? Centro de Ação Comunitária), Ruth Espínola Soriano de Mello (Fórum Popular do Orçamento do RJ), Edneia de Oliveira Matos Tancredo (Advogada, grupo de estudos "Direito da Cidade" VERJ), Deborah R. Livinson, Maria Lúcia Navarro Maranhão (PCRJ/SMU/GAB), Pedro Teixeira Soares Neto, Aida Biilwiller, Magno Nunes da Silva, Carlos André Osório Carneiro (Bicuda Ecológica), Maria Luiza Testa Tambellini, Ângela Regina dos Santos Azevedo, Jonathan Silva de Lima (Assessor/Edson Santos), Primavera L. S. Moura (Gab. Ver. Edson Santos), Rachel Fares (Gab. Ver. Aspásia Camargo), Maria Bethania Villela (TCMRJ), Ana Batista (Gab..

Ver. Aspásia Camargo), Maria Peixoto (Grupo de Pesquisa Direitos Urbanos nas Práticas Sociais Instituintes), Sydnei Menezes (Conselheiro do IOB ? RJ), Olga Amelia S. Teles, Rosirene de Souza Carneiro, Tânia Lima de Albuquerque e Castro, Cláudio de Sá Rego Costa, Valéria Barbalho, Isis Volpi, Rosemary Campans, Maria Alice M. de Souza, Marta M. Magalhães, Maria Tereza Aprigio, Luiz Cláudio Vieira, Flamir Fonseca Guimarães (MUP), Rita de C. Santos (UVP), Marco Leão Gerlman, Virginia Murad (Gabinete Vereador Eliomar Coelho), Sonia Toledo (Gab. Vereador Eliomar Coelho), Edson Maciel, Fábio Guimarães, Marcos de Faria Azevedo (SARJ/Fórum Plano Diretor).